



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GLAUCIA KELI BACK

**ESTUDO COMPARATIVO DE ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS ECOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DO ABASTECIMENTO
ALIMENTAR**

**LARANJEIRAS DO SUL
2016**

GLAUCIA KELI BACK

**ESTUDO COMPARATIVO DE ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS ECOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DO ABASTECIMENTO
ALIMENTAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Bacharel em
Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira
Sul.

Orientador: Prof.º Dr. Julian Perez Cassarino

LARANJEIRAS DO SUL

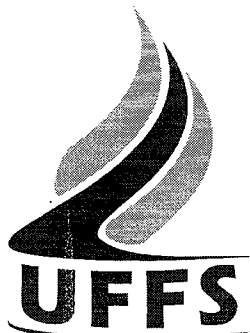
2016

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

BACK, GLAUCIA KELI
ESTUDO COMPARATIVO DE ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO
DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DO ABASTECIMENTO
ALIMENTAR/ GLAUCIA KELI BACK. -- 2016.
71 f.

Orientador: Julian Perez Cassarino.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ,
Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2.
Abastecimento Alimentar. 3. Circuito de Proximidade. I.
Cassarino, Julian Perez, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Reitoria

Avenida Getúlio Vargas, 609
Edifício Engemed, 2º Andar
Chapécó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.812-000
(49)2049-1400

www.ufes.edu.br
contato@ufes.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
Rua Oscar Pereira Guedes, 01
Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
- Paraná - CEP 85303-820
(42) 3635-8650



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 07 dias do mês de FEVEREIRO de
2017, às 18h10 horas, em sessão pública na sala
304 do Campus Laranjeiras do Sul da UFES, na
presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a)
Orientador(a):

JULIAN PEREZ CASSARINO

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. ANTONIO MARIA DA SILVA CARPES e
2. RAFAEL STEFENON,

o(a) aluno(a) GLAUCIA KELI BACH

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Estudo comparativo
de estratégias de comercialização de produtos ecológicos na
perspectiva do abastecimento alimentar

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a
Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO
do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais
presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata
que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

[Assinatura]
Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]
Examinador(a) 01

[Assinatura]
Examinador(a) 02

Glauca Keli Bach
Aluno(a)

Dedico este trabalho aos meus pais Elcio Back e Maria Salete Back, a minhas irmãs Jeizi L. Back e Jussara M. Back, a meus sobrinhos Pavel Ernesto Back e Pablo Miguel Back e a minha companheira Cristina Sturmer dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais Elcio Back e Maria Salete Back, que mesmo em frente a tantas dificuldades, nunca me permitiu desistir de estudar, e que pelo contrário a cada obstáculo no caminho me incentivava cada vez mais a lutar e nunca desistir. Estes dois integram uma grande família, que não posso deixar de agradecer, entre estas minhas irmãs, Jussara Melania Back e Jeizi Loici Back. Aos meus sobrinhos lindos Pavel Ernesto Back e Pablo Miguel Back (também afilhado) vocês sempre serão os pias da tia.

A minha companheira, Cristina Sturmer dos Santos, me faltam palavras para agradecer. Obrigada por estar ao meu lado, acreditando e me incentivando nos momentos de maior preocupação, obrigada pelas leituras do trabalho e pelas conversas sobre o mesmo, obrigada por toda noite e toda manhã demonstrar o quão vale apenas lutar por aquilo que acreditamos.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul e ao Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar, Karu Porã. Ao corpo docente da instituição, em especial ao curso de ciências econômicas. Ao professor Rafael Stefenon, por aceitar estar na banca e ao professor Antonio Carpes, que ministrou a minha primeira aula no ensino superior e a quem tenho a oportunidade de ter na minha banca de defesa do trabalho de conclusão de curso. E meu orientador professor Julian Perez-Cassarino, pelas contribuições ao trabalho.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em especial as famílias do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, de Mariluz Paraná. Aos amigos e amigas que encontrei nesta jornada de seis anos em Laranjeiras do Sul e que levarei pelo resto da vida, em especial a Renata Scandolara por estar presente nos momentos árduos que o estudo exige e nos de vitória. Por fim agradeço a todos e todas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para minha formação no ensino superior.

RESUMO

Em pleno século XXI um dos maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade são as questões demográficas e alimentares. O planeta já comporta uma população de 7 bilhões de pessoas, e as projeções indicam que em 2050 chegaremos a 9,5 bilhões, diante de tal cenário, a questão central seria como alimentar esta crescente população. Diante deste cenário, o trabalho busca elucidar a discussão a respeito do sistema agroalimentar global e suas implicações no acesso de alimentos. Para tanto, a discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional e abastecimento demonstram a necessidade de se debater os circuitos curtos e os mercados socialmente construídos para a democratização do acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Este trabalho tem como objetivo analisar, do ponto de vista do abastecimento alimentar, o funcionamento de dois canais de comercialização de produtos ecológicos. Para atingir tal objetivo, o trabalho delimitou três objetivos específicos: descrever os canais de comercialização analisado (A Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul e a Feira Orgânica do Passeio Público, de Curitiba); verificar a diversidade de produtos ofertados em cada canal de comercialização, bem como sua regularidade na oferta; e realizar o levantamento dos preços nos canais e comparar com os preços médios dos produtos convencionais. A pesquisa se caracteriza como sendo um estudo de campo, descritiva e predominantemente qualitativa. Para o levantamento dos dados realizou-se entrevista com os gestores e pesquisa documental. Os principais resultados da pesquisa referentes a diversidade foram: A Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, apresenta uma diversidade de 73 itens e a Feira Orgânica de Curitiba 126. Os preços dos produtos ecológicos na feira orgânica de Curitiba apresentaram uma média de 48% mais caro que os convencionais, enquanto na feira ecológica de Laranjeiras do Sul os produtos orgânicos demonstraram ser 32% mais barato que os convencionais. De acordo com os dados levantados pela pesquisa, observa-se que ambos os canais de comercialização atendem a ótica de abastecimento, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Palavra-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Abastecimento Alimentar; Circuito de Proximidade

ABSTRAT

In the XXI century one of the greatest challenges facing humanity is the demographic and food issues. The planet already has a population of 7 billion people, and projections indicate that by 2050 we will reach 9.5 billion, facing such a scenario, the central question would be how to feed this growing population. Given this scenario, the work seeks to elucidate the discussion about the global agrifood system and its implications for food access. To that end, the discussion of Food and Nutrition Security and supply, demonstrate the need to discuss short circuits and socially constructed markets, to democratize regular and permanent access to quality food in sufficient quantity, without compromising access to other needs. This work has the general objective of analyzing, from the point of view of food supply, the operation of two marketing channels for organic products. In order to achieve this objective, the work delimited three specific objectives: to describe the commercialization channels analyzed (the Laranjeiras do Sul Ecological Fair and the Curitiba Public Organic Fair); Verify the diversity of products offered in each marketing channel, as well as their regularity in the offer; and conduct the price survey on the channels and compare with the average prices of conventional products. The research is characterized as being a field study, descriptive and predominantly qualitative. For the data collection, an interview was conducted with managers and documentary research. The main results of the research include diversities were: The Laranjeiras do Sul Ecological Fair, presents a diversity of 73 items and the Curitiba Organic Fair 126. Prices of organic products at the organic fair in Curitiba showed an average of 48% more expensive than conventional ones, while at the organic fair in Laranjeiras do Sul, organic products were 32% cheaper than conventional ones. According to the data collected by the research, it is observed that both commercialization channels serve the perspective of supply, from the perspective of food and nutritional security.

Keyword: Food and Nutrition Security; Food Supply; Proximity Circuit.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Fluxograma dos processos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, 2016.	36
Figura 2 - Mapa de Rotas do Circuito de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida, 2016.	38
Figura 3 - Fluxograma da Organização do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida, 2016.....	39
Figura 4- Feira orgânica do Passeio Público- Curitiba/PR.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo de itens orgânicos por grupos de produtos dos canais de comercialização, 2016.	49
Gráfico 2 - Quantidade de Hortaliças disponíveis do Circuito Sul nas bancas por mês na Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, 2016.	52
Gráfico 3 - Quantidade de Frutas disponíveis nas bancas por mês na Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, 2016.	53
Gráfico 4 - Quantidade de Hortaliça disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.	55
Gráfico 5 Quantidade de Frutas disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.	57
Gráfico 6 - Quantidade de Cereal e leguminosas disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.	58
Gráfico 7- Quantidade de Frutas e Hortaliças disponíveis na gondola por mês do ano 2016, dos canais de comercialização estudado.	59

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Classificação por grupo de produtos de acordo com POF, 2016	35
Quadro 2 - Diversidade de produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.	44
Quadro 3 - Diversidade de produtos ofertados na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul.....	46
Quadro 4 - Classificação dos canais de comercialização quanto a diversidade de itens orgânicos.....	48
Quadro 5 - Grau de diversidade dos canais de comercialização, 2016.	48
Quadro 6 - Regularidade na oferta de Hortaliças na Feira Orgânica Passeio Público, Curitiba, 2016.	50
Quadro 7 - Regularidade na oferta de Frutas do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público, Curitiba, 2016.....	52
Quadro 8 - Regularidade na oferta de Hortaliças na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.	54
Quadro 9 - Regularidade na oferta de Frutas Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016	56
Quadro 10 - Regularidade na oferta de Cereais e Leguminosas feira ecológica de Laranjeiras do Sul,2016.....	57

LISTA DE SIGLA

AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia.

CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia.

ECOTERRA - Associação Regional de Cooperação e Agroecologia.

FAO - Food and Agriculture Organization.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NSE – Nova Sociologia Econômica.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAA – Programa Aquisição de Alimentos.

PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares.

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. SISTEMA AGROALIMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS	15
2.1 Evolução dos regimes alimentares	16
2.1.1 Importância do redesenho dos sistemas agroalimentares	19
2.2 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO	23
2.2.1 Evolução histórica do conceito de segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional e nacional	24
2.2.2 Abastecimento alimentar e acesso aos alimentos no Brasil	26
2.3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E AGROECOLOGIA.....	29
3 METODOLOGIA.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	37
4.1.1 Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, Paraná	37
4.1.2 Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, Paraná	41
4.1.3. Análise comparativa do funcionamento dos canais de comercialização	43
4.2 DIVERSIDADE DE ITENS ORGÂNICOS NAS BANCAS DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	43
4.2.1 Diversidade na oferta de produtos na Feira Orgânica no Passeio Público, Curitiba (PR)	43
4.2.2 Diversidade na oferta de produtos na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul (PR)	46
4.2.3 Análise comparativa da diversidade	47
4.3 REGULARIDADE DOS PRODUTOS ORGANICOS NAS BANCAS	49
4.3.1 Regularidade dos produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.	50
4.3.2 Regularidade na oferta de produtos na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul.....	53
4.3.3 Análise comparativa da regularidade na oferta	58
4.4 PREÇO DOS PRODUTOS	60
4.4.1 Preços dos Produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.	60
4.4.2 Preços dos Produtos da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul.....	61
4.4.3 Análise comparativa de preços.....	63
5 CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	67
APÊNDICE A – Formulário levantamento dos dados primário	71

1. INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI um dos maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade são as questões demográficas e alimentares. O planeta já comporta uma população de 7 bilhões de pessoas, e as projeções indicam que em 2050 chegaremos a 9,5 bilhões, diante de tal cenário, a questão central seria como alimentar esta crescente população (CRUZ, MATTE e SCHNEIDER, 2016). Estudos tem apontado para os limites e impactos do sistema agroalimentar global, em termos da equidade no acesso aos alimentos, tanto em relação a quantidade e regularidade de oferta quanto a qualidade dos produtos, além das questões relacionadas a sustentabilidade nos processos de produção, beneficiamento e comercialização (PEREZ-CASSARINO, 2012).

A homogeneização dos hábitos de consumo, a desregulamentação dos mercados e a liberalização (assimétrica) do comércio internacional, tem provocado crises alimentares, econômicas e ambientais que vem despertando preocupações referentes as condições de garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (NIEDERLE, ALMEIDA e VEZZANI, 2013). Posto isto, a discussão de abastecimento emerge como tema fundamental na reflexão sobre estratégias alimentares, abordando as formas de disponibilidade e a qualidade nutricional dos alimentos (CRUZ, MATTE e SCHNEIDER, 2016). Essa perspectiva faz um contraponto as análises econômicas funcionalistas, que tratam o abastecimento apenas como uma questão de eficiência e suficiência de produção para o mercado interno, ou ainda consideram a comercialização de alimentos apenas de acordo com a demanda do conjunto da população (MALUF, 2004).

Para Maluf (2004) o abastecimento alimentar está envolto de três problemas centrais: o primeiro refere-se à condição de acesso aos alimentos por parte da população, diante dos condicionantes da renda de diferentes estratos sociais urbanos e pelas condições de reprodução dos pequenos produtores rurais; o segundo relacionado a evolução da produção e da comercialização dos produtos, assim como os hábitos alimentares e a qualidade dos alimentos; e o terceiro associado a questão nutritiva dos alimentos que integra a dieta alimentar da população, sobre os aspectos de quantidade e composição.

Portanto, a discussão acerca do abastecimento alimentar implica na garantia da quantidade e na regularidade do acesso aos alimentos, assim como na oferta de produtos saudáveis e de qualidade. Além de ser pertinente aos hábitos alimentares de cada localidade, satisfazendo a necessidade do conjunto da população de maneira a garantir a segurança

alimentar e nutricional, assegurando o uso adequado dos recursos, evitando os desperdícios (CRUZ, MATTE e SCHNEIDER, 2016).

Iniciativas que elucidam esses processos apresentam-se em muitos contextos e vem adquirindo mais reconhecimento e ampliando seu tamanho e sua escala, tanto teórica quanto prática. A configuração destes projetos são em geral ações individuais e coletivas, que buscam produzir alimentos mais benéficos e de maior valor nutricional (CRUZ, MATTE e SCHNEIDER, 2016). Uma das alternativas visíveis da agricultura de base ecológica que vem crescendo e chamando atenção pela capacidade de reestruturar práticas agrícolas e as formas de distribuição (NIEDERLE, ALMEIDA e VEZZANI, 2013). Em geral, são iniciativas que visam construir circuitos alimentares curtos ou redes agroalimentares que permitam reconectar consumidores e produtores e revalorizar produtos regionais, sazonalidades e procedência dos alimentos (CRUZ, MATTE e SCHNEIDER, 2016).

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo geral “*Analisar do ponto de vista do abastecimento alimentar, o funcionamento de dois canais de comercialização de produtos ecológicos*”. Para atingir tal objetivo, o trabalho delimitou três objetivos específicos:

I) descrever os canais de comercialização analisado (A Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul e a Feira Orgânica do Passeio Público, de Curitiba);

II) verificar a diversidade de produtos ofertados em cada canal de comercialização, bem como sua regularidade na oferta;

III) realizar o levantamento dos preços nos canais e comparar com os preços médios dos produtos convencionais.

Este trabalho se justifica na medida que contribui para a elaboração teórica sobre o tema abastecimento alimentar na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e propor um olhar holístico para a questão do acesso aos alimentos. Assim como uma ferramenta para os agentes envolvidos nos processos de comercialização de produtos ecológicos, potencializando estratégias que visem agregar valores aos alimentos e aos circuitos comercialização.

O estudo está estruturado em cinco partes, primeiro com a introdução, a segunda com a revisão bibliográfica, a terceira parte abordando a metodologia. A quarta parte do trabalho encontra-se os análises dos resultados, em sequência são apresentadas as conclusões e as referências bibliográficas.

2. SISTEMA AGROALIMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

Os temas abordados nas seções seguintes refere-se ao sistema agroalimentar global e suas implicações, trazendo a discussão sobre a evolução dos regimes alimentares e a importância do redesenho dos sistemas agroalimentares. Outro item de discussão diz respeito à segurança alimentar e nutricional e o abastecimento, tratando dos elementos históricos de ambos os temas. E o último tópico da discussão da revisão bibliográfica apresenta questão sobre a construção social de mercados e a agroecologia e os circuitos de proximidade.

2.1 SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Compreende-se como sistema agroalimentar, a maneira como se organizam os conjuntos de ações que se integram visando o cumprimento da função da alimentação humana, diante disso, forma mais adequada para o entendimento é analisa-los de maneira articulada, observando as interconexões entre os diferentes setores que o consolidam (PEREZ-CASSARINO, 2012). As dinâmicas naturais e a dependência dos ciclos biológicos são características determinantes e que diferenciam os sistemas agroalimentares, uma vez que a produção de alimentos é condicionada a agricultura, que manifesta especificidades que a diferencia dos demais setores da economia, principalmente por sua característica não-homogêneas e não-reprodutivas (DELGADO, 1986). Entretanto, historicamente a humanidade desenvolveu estratégias que reduzem as incertezas dessa atividade em num processo de co-evolução entre a sociedade e a natureza. A partir da observação constante e dos processos de experimentação, inúmeras práticas, teorias, instrumentos e produtos foram desenvolvidas que contribuem para um controle maior sobre alguns determinantes da natureza (PEREZ-CASSARINO, 2012).

As decisões políticas e modelos de desenvolvimento adotadas por Estados nacionais e por organismos internacionais configuram as formas de organização dos diferentes segmentos da cadeia agroalimentar (insumos, produção, processamento, distribuição e comercialização), desenhando mecanismos de funcionamento que fortalecem e debilitam determinados setores da cena produtiva (PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2009). A subseção seguinte abordará o processo que levou a uma análise por desconexão da cadeia de abastecimento alimentar a

partir da teoria regulacionista¹, que caracteriza os processos históricos da política capitalista pelo viés da alimentação. Destacando a relação sistêmica entre as dietas alimentares e os fenômenos econômicos, sociais e políticos que influenciaram a consolidação dos Estados Nações no século XX e a expansão das relações capitalistas a nível global, que resultou em um sistema agroalimentar globalizado (TRICHES; SCHNEIDER, 2013).

2.1.1 Evolução dos regimes alimentares

De acordo com os princípios da teoria regulacionista observa-se três regimes alimentares ao longo da história, cada um desses tendo seu próprio regime de acumulação e regulação social (FRIEDMANN, 2000). O Primeiro regime alimentar (1870 – 1914) é estruturado sobre a prioridade da hegemonia Britânica, que privilegiavam os estímulos domésticos aos bens manufaturados em substituição, sob as chamadas condições de livre mercado, à importação de uma sempre crescente quantidade de matérias-primas alimentares (café, chá, açúcar, lã, vinho e carne de carneiro) das colônias, sob um sistema de preferências imperiais (MARSDEN, 1999).

Em tal período os alimentos assim como a agricultura eram relativamente transparentes, pois os alimentos consumidos relacionavam-se diretamente com plantas e animais e a agricultura atrelava-se estritamente ao clima e as demais condições naturais (FRIEDMANN, 2000). Entretanto, nas décadas de 1920 e 1930 este caráter foi amplamente substituído pelo crescente aumento da produção de mercadorias dos países colônias, junto com o desenvolvimento de tecnologias desenvolvidas pelo Estado.

Diante deste contexto, o segundo regime alimentar constitui-se no final dos anos de 1940, caracterizado pelo período Fordista, que equilibrou as necessidades funcionais de emprego da produção urbana industrial com as exigências de produzir alimentos relativamente baratos para sua força de trabalho industrial (MARSDEN, 1999). Observa-se que no ano de 1947, uma abertura mundial para novas formas de organizar os alimentos e a agricultura, entretanto, rejeitava-se uma coordenação internacional para o comércio agrícola, e em contrapartida, buscava-se sistemas amplamente regulados pelos Estados – Nações (FRIEDMANN, 2000).

¹ Teorias desenvolvidas pela Escola Francesa de Regulação (EFR), que tem como principal característica a rejeição do paradigma neoclássico de independência entre o econômico e o social (SAMPAIO, 2003)

O segundo regime alimentar está intensamente relacionado à ascensão da política “New Deal²” e a ampliação do consenso mundial Pós Primeira Guerra Mundial. Estes estão exemplificados nas atividades da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e do Plano Marshall³, assim como nos governos mais nacionalistas, na tentativa de usar o Estado para garantir o crescimento exponencial da produção de alimentos nesse período (MARSDEN, 1999).

Este regime alimentar, caracterizado pelo aumento das disponibilidades de alimentos e produção agrícola, só poderia ser alcançado através do incremento na intensidade da produção e manufatura dos próprios alimentos. Isto é, a acumulação de capital ocorre através da adoção contínua de novas tecnologias que aumentam a produção por trabalhador e hectare, e não pelo uso de mais terras e trabalho (MARSDEN, 1999). Assim, mundialmente, o uso constante de inovações tecnológicas foi sustentado por uma ideologia modernizante e progressiva. A distribuição passa a ser realizada em escala, tornando a alimentação um mercado de consumo de massa (TRICHES; SCHNEIDER, 2013).

Posto isso, observa-se que os alimentos se transformaram em bens duráveis favorecendo as grandes empresas processadoras. Tendo tecnologias à disposição que facilitam esse processo, com geladeira e freezer nos lares e comércio. À medida que os procedimentos industriais modificaram os alimentos, tornando os “miniaturizados”, conseqüentemente a concentração de venda por varejo e atacados aumenta, conduzindo gradualmente o predomínio de grandes lojas varejistas e suas filiais (FRIEDMANN, 2000).

No aspecto de hábito de consumo, o modelo alimentício chamado americano, dependente de carne bovina se tornou predominante. Além da incorporação de gorduras e adoçantes em quantidades crescentes e difíceis de monitorar, devido à complexidade da elaboração das mercadorias comestíveis (FRIEDMANN, 2000). A comercialização destes produtos teve apoio das modernas técnicas do *marketing*, *packaging* e publicidades. A distribuição ocorreu por redes comerciais que aperfeiçoavam a complexidade destes alimentos, utilizando logísticas profundamente elaboradas, fortalecendo cada vez mais, a predominância da comercialização de alimentos e das indústrias de alimento (TRICHES; SCHNEIDER, 2013).

2Foi o nome dado a série de programa implementados no Estados Unidos entre 1933 a 1937, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reforma a economia norte-americana (REZENDE, 1999).

3Trata-se do plano de reconstrução proposto pelo Estados Unidos da América (EUA) para os países aliados da Europa, que possui como plano de fundo medidas que irão contribuir para o fortalecimento dos EUA como centro da geopolítica e econômica mundial.

A agricultura, da mesma maneira que o consumo, também sofreu alteração na forma de produzir. Diante da intensificação da industrialização se demandava produtos em escala maior e mais homogêneos. Assim como aumentou a demanda de produtos agrícolas para fins não alimentícios, ou seja, destinados a alimentação animal e a combustíveis. De forma que, os sistemas tradicionais que utilizavam a rotação e consórcio de cultivos com animais passam a ser substituídos por monoculturas intensivas, dependentes de insumos externos (PEREZ-CASSARINO, 2012).

A agricultura tornou-se fornecedora de matéria prima para a indústria, não apenas de grãos, mas de hortifrúti que começaram a ser processados nas cozinhas industriais, com espessantes, adoçantes e óleos. A agricultura passa a ser subordinada pelo capital industrial, ou seja, o que os agricultores alocavam no mercado passa a ser destinado a indústria (FRIEDMANN, 2000), inserindo-se nos circuitos de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinários, seja como fornecedora de matéria prima para a transformação industrial (ERTHAL, 2006).

Em síntese, esse modelo protecionista, associado às mudanças impostas pela indústria nos padrões de consumo, serviu fundamentalmente para o fortalecimento das grandes corporações alimentares, que através do avanço tecnologia e matérias primas de baixos custos, passam a determinar padrões de consumo, assim como, impor sua forma de organização e funcionamento para além dos regimes alimentares de regulação nacional (PEREZ-CASSARINO, 2012). Desta forma, a crise do segundo regime alimentar tem como causas questões fiscais, políticas e ambientais, e, por outro lado, o fortalecimento da ideologia liberal de globalização, que assume a eficácia de uma dinâmica reestabelecida de livre-comércio (MARSDEN, 1999).

O terceiro regime alimentar iniciado nos anos de 1980, corresponde ao modelo denominado “liberal produtivista” e ao momento atual de globalização financeira (FRIEDMANN, 2000). Construído sobre os mais diversos mercados, orientados pelo consumo, nichos de consumo, arranjos reconstituídos de classe/consumo, com menos ênfase sobre a manufatura alimentar e mais sobre a corporação varejista, evidencia-se as desigualdades de espaços locais e regionais de desenvolvimento, de dominação e dependência. Isto não está, de modo algum, temporalmente separado do modelo mais industrializado. Pelo contrário, eles se desenvolvem conjuntamente (MARSDEN, 1999). De forma que no ano de 2008, as grandes empresas do varejo tem tido o maior crescimento, sendo que as 100 maiores empresas controlam 35% do mercado mundial. Dentro deste o Wal-

Mart controla 10% do volume comercializado pelas 100 maiores (PEREZ-CASSARINO, 2012).

A liberalização dos mercados foi motivada pela grande pressão internacional praticada pelas grandes corporações alimentares e conduzido pelos interesses dos países desenvolvidos, em detrimento das condições sociais, econômicas e da sustentabilidade ambiental dos países do terceiro mundo. O mercado passa a desempenhar o papel de regulador, fortalecendo as políticas de liberalização comercial no âmbito do comércio global de alimentos (PEREZ-CASSARINO, 2012).

A subordinação dos alimentos frente ao mercado autorregulado resulta no desligamento nas relações econômicas das regiões e das pessoas, ou seja, cada elo da cadeia alimentar promove uma desconexão entre produção e consumo nas comunidades, e a mediação entre estes fenômenos é realizada através do capital, ou seja, de empresas em que os lucros dependem do distanciamento e durabilidades dos alimentos (TRICHES; SCHNEIDER, 2013). Na concepção de Friedman (2000), este modelo agroalimentar, subordinado ao domínio das grandes corporações do setor agroalimentar, impõe a lógica do lucro e da competição, que gera consequências relacionadas a problemas ecológicos e sociais.

2.1.2 Importância do redesenho dos sistemas agroalimentares

A partir da contextualização acima observamos que a agricultura e a alimentação sofreram profundas transformações, especialmente na segunda metade do século XX, onde a produção agrícola que tinha como objetivo final a produção de alimentos para o abastecimento, transformou-se em produtora de matéria-prima para a indústria agroalimentar (MORO, 2002). A intensificação dos processos industriais tornou o sistema agroalimentar dependente da indústria e de seus processos, pois a produção, o beneficiamento e a distribuição passaram a integrar a lógica industrial de financeirização, distanciando-se de sua vinculação direta com a agricultura e seu entorno (DELGADO, 2012).

A sociedade contemporânea demonstra certo grau de antagonismos, de um lado constata-se um cenário de fome e pobreza global, enquanto por outro vivencia um contexto de crescentes excedentes e recordes de produtividade de alimentos, fibra e matéria-prima (TRICHES; SCHNEIDER, 2013). Diante dos avanços da tecnologia e do avanço da circulação de informação, as condições de garantia da qualidade de vida a população e o cumprimento dos direitos humanos fundamentais deveriam ser metas superadas em nossa sociedade (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Entretanto, as desigualdades sociais e econômicas se aprofundam e prevalecem em toda sociedade, assim como o acirramento de diferenças culturais e novas enfermidades que se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, reaparecem, levam milhões a morte, assim como a fome e a desnutrição. Além da violação das condições mínimas de trabalho digno, que deixa à margem parcela significativa da população mundial (SANTOS, 2011).

Segundo Santos (2005, p. 34), “Nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1e, em 1997, de 74 para 1”. Assim, o desenvolvimento segue a lógica do crescimento econômico, voltado para o fortalecimento do mercado como espaço de regulação e ordenação da atividade econômica, base para o padrão de desenvolvimento atual (PEREZ-CASSARINO, 2012).

O caráter mercantil voltado ao fortalecimento de uma racionalidade econômica no atual processo de globalização é representado pelo predomínio das grandes empresas multinacionais, como ator central da economia. Com tal característica, a desestruturação dos sistemas locais de produção é consequência dos grandes investimentos em escala global, bem como a flexibilização dos sistemas de produção e das relações laborais, da forte presença do capital especulativo associado à desregulação das economias nacionais e a privatização de empresas estatais. Deste modo, fortalece o avanço de grandes grupos corporativos, que, ao ampliarem seu poder econômico, ampliam também seu poder político e capacidade de influência nos governos locais e órgãos multilaterais (SANTOS, 2005)

O processo de globalização insere uma cultura de financeirização dos valores e formas de produção, o consumo torna-se o único meio de realização e satisfação das pessoas, tornando o padrão de comportamento voltado para a lógica da competitividade, do crescimento sem limites e da exploração máxima dos recursos (PEREZ-CASSARINO, 2012). Em conformidade com Santos (2011),

O consumo muda de figura ao longo do tempo. Falava-se, antes de autonomia da produção, para significar que uma empresa, ao assegurar a produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção de bens e serviços. Então, na cadeia causal, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo (SANTOS, 2011, p. 48).

A vista disso, o processo de globalização hegemônico se traduz em modelos predominantes culturais, que pela imposição de formas de comportamento e pelo

estabelecimento de uma escala única de valores que orientam a ação humana (PEREZ-CASSARINO, 2012). Entretanto, a elevação da produtividade, os ganhos de escala, a homogeneização das dietas e dos processos produtivos e a desregulação dos mercados não podem ser vistas como a única racionalidade operante no âmbito do sistema agroalimentar. As transformações em curso abarcam modos de organização distintos e, muitas vezes conflituosos, traduzindo-se em dinâmicas econômicas, sociais, culturais e espaciais (SCHIMIT, 2011).

Para Ploeg (2008), existem dois modelos dominantes, um que se centra na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. E outro, fortemente centralizado, constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que cada vez mais, operam em escala mundial. E este último modelo o autor denomina de “Impérios Alimentares”, entendidos como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante, e que ao mesmo tempo é personificado por uma variedade de expressões específicas como: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, assim como modelos científicos, tecnológicos, etc. (PLOEG, 2008)

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos em determinados lugares, por determinadas pessoas, em determinados momentos e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão tornando-se uma espécie de “não produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco seu deslocamento ao longo do tempo e do espaço. A industrialização representa uma desconexão entre produção e consumo de alimentos e as particularidades entre espaço e tempo. Pois os espaços de produção e consumo deixam de ter importância, assim com a inter-relação entre eles, e a respeito disso, pode se afirmar que os impérios alimentares criam “não lugares” (PLOEG, 2008).

Na mesma medida, a industrialização da agricultura representa um movimento continuo contrário à integridade, pois a produção agrícola é afastada dos ecossistemas locais, uma vez que implica na superimposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza. Assim, a estrutura anteriormente orgânica que caracterizava o progresso agrícola de produção foi fragmentada em elementos e atividades isolados que se restabelecem através de divisão de trabalho, espaço e tempo complexas e controladas de forma centralizada, e ainda ocorre a desintegração e recomposição dos próprios produtos alimentares, ou seja, os alimentos não são mais produzidos e sim projetados (PLOEG, 2008).

Entretanto, se por um lado verifica-se um aumento no avanço no controle do sistema agroalimentar mundial, por parte de grupos transnacionais, por outro, há um crescente desenvolvimento de iniciativas alternativas a este modelo (PEREZ-CASSARINO, 2012). Muitas destas iniciativas ativam redes cujo desenho e modo de funcionamento não se encaixam nos formatos da produção, distribuição e comercialização de alimentos que se tornaram dominantes nas últimas décadas em várias partes do mundo, em vez de comida de nenhum lugar, cultivada por agricultores desconhecidos, embalados e transportados por corporações em longos circuitos, adquirem visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, que sinalizando um modo diferente de produzir, distribuir, escolher e consumir o alimento (SCHMITT, 2008).

Tais iniciativas de produção e comercialização, muitas vezes negligenciadas e vistas como soluções de pequena escala, ganharam visibilidade em diferentes países a partir dos anos de 1990, apesar do contexto fortemente marcado pela liberalização dos mercados e por processos de desterritorialização das economias locais. As reações a este modelo hegemônico, mobilizam indivíduos, organizações, valores e lugares, de forma muitas vezes não planejada, mas que expõe expressões de denúncia e contestação dos processos de industrialização da agricultura, da globalização dos mercados e de suas consequências para agricultores, consumidores e o ambiente (SCHMITT, 2008).

Entretanto, identificar estas iniciativas como algo recente seria um equívoco, pois em diferentes lugares, a capacidade de resistência dos mercados locais e das práticas de produção para o autoconsumo não está necessariamente ligada diretamente a questão política de contestação ao sistema, mas sim a laços fortemente enraizados na cultura, nos gostos e modos de vida da população urbana e rural, que representa um conjunto de estratégias de reprodução econômica e social das famílias (SCHMITT, 2008).

A maior parte dos alimentos consumidos no mundo (85%) é produzida em âmbito nacional ou na mesma região ecológica (PLOEG, 2008). No Brasil, a maior parte dos alimentos produzidos é proveniente da agricultura familiar, representando um elemento essencial para o abastecimento do país, reduzindo as pressões para a importação de produtos básicos (SCHMITT, 2008). Estima-se segundo o Censo Agropecuário de 2006, que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% de café e 60% de horticultura, parte desta produção é utilizada no próprio estabelecimento ou circula através de circuitos locais e regionais de abastecimento (CONSEA, 2010).

A partir destes dados, verifica-se que a imagem do mundo globalizado, controlado pelas corporações em que os alimentos se tornam objeto de especulação nos mercados futuros é apenas uma característica desta estrutura heterogênea e multifacetada, assumindo formas complexas e contraditórias. Em síntese, a concentração e integração das grandes empresas do setor agroalimentar impulsionaram tanto os processos de desregulamentação dos mercados como a criação de novos instrumentos legais, entretanto não se materializaram da mesma forma em todos os lugares, apesar de continuar sendo uma força influente (SCHMITT, 2008).

As interrelações existentes nos processos e seus potenciais impactos sobre a sustentabilidade do atual sistema agroalimentar reforçam que a ideia de realocização, como princípio norteador, não se resume apenas a uma reestruturação dos circuitos de mercado. O papel dos mercados é servir como instrumento de reorientação dos fluxos de matéria e energia, implicando também na reorientação das formas mais equitativas de apropriação e distribuição da riqueza gerada pelo sistema agroalimentar. Assim, a transição para novas configurações dos processos de produção, processamento e consumo de alimentos socialmente justa e ambientalmente sustentável, envolve um equilíbrio de poder entre os agentes privados, Estados nacionais, organismos multilaterais e territórios (SCHMITT, 2008).

Assim, é preciso discutir sobre construção social de mercados, arranjos institucionais e instrumentos de política pública capazes de impulsionar novas formas de produção, consumo e apropriação do espaço rural permitindo a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam esta atividade.

2.2 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO

A conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional está em construção, pois a questão alimentar abrange distintas concepções e interesses, sendo alvo de várias disputas no campo social, econômico e ambiental. Principalmente conforme avança a história da humanidade, e se modificam as organizações sociais e as relações de poder em uma sociedade (BURITY *et al*, 2010). Desta forma que este tópico se propõe a discutir a evolução histórica do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, o abastecimento alimentar e o acesso aos alimentos no Brasil.

2.2.1 Evolução histórica do conceito de segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional e nacional

A expressão Segurança Alimentar aparece, pela primeira vez, logo após o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), o conceito estava diretamente relacionado a concepção de segurança nacional e a capacidade que os países tinham de produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (BURITY *et al*, 2010). Posto isto, um país seria capaz de dominar outro, se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos, sendo uma arma poderosa, ou seja, é fundamental que os países tivessem estoques estratégicos de alimentos, fortalecendo a visão sobre a necessidade de busca de autossuficiência por cada país (MENEZES, 1998).

Posteriormente, após a II Guerra Mundial (1939-1945), esta percepção sobre Segurança Alimentar foi retomada e acrescentada a noção de direito humano a alimentação. Este acréscimo foi motivado pelas medidas resultantes da Conferência das Nações sobre a Alimentação e Agricultura, realizada em Hot Springs, Estados Unidos (1943). Fruto das discussões no sentido de acabar com a fome e propondo uma política aliada ao pós-guerra com a criação da FAO. Em especial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovado em 1966 (MONTAÑA, 2009).

Na década de 1970, diante da constatação de que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safras de importantes países produtores, a FAO promove a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar (1974). Na mesma, conclui-se a necessidade de haver maior disponibilidade de alimentos no mundo, retomando assim, a ênfase no aumento da produção agrícola para que houvesse mais alimentos. Esta situação gerou duas consequências principais, a primeira de diminuir a influência do Direito Humano a Alimentação na compreensão sobre Segurança Alimentar, e a segunda de fortalecer as bases da Revolução Verde, que propunha o aumento da produção mundial de alimentos de novos processos agrícolas com a produção extensiva mediante utilização de produtos químicos e mecanização intensiva (MONTAÑA, 2009).

Em síntese, observa-se que neste período a insegurança alimentar decorria da insuficiência da produção e uma garantia da segurança alimentar dependia com as políticas de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos. Ou seja, não era satisfatório apenas produzir alimentos, mas também garantir a regularidade na oferta do abastecimento (BURITY *et al*, 2010).

Ainda que a Revolução Verde tenha propiciado a recuperação da produção mundial de alimentos, já no início dos anos 1980 percebeu-se que a Segurança Alimentar não dependia apenas da quantidade de alimentos produzidos. Pois, apesar do aumento na produtividade dos alimentos, o número de pessoas que não dispunham de acesso ao mesmo segue a mesma proporção ou em alguns lugares crescente. Verificou-se assim, a existência de alimentos não significa, necessariamente, a disponibilização deles a todas as pessoas, isso proporcionou uma nova compreensão a respeito do acesso aos alimentos existentes (MONTAÑA, 2009).

O conceito de Segurança Alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos – e de forma permanente – a quantidades suficientes de alimentos (BURITY *et al*, 2010). No final da década de 1980 e início da década de 1990, agregou-se ao conceito de Segurança Alimentar a noção de acesso a alimento seguro (não contaminado biologicamente ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzida de maneira sustentável, equilibrada, culturalmente aceitável e incorporando a ideia de acesso a informação (BURITY *et al*, 2010). Com a incorporação dos aspectos nutricional e sanitário ao conceito, a denominação passa a ser Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante dos acréscimos citados ao conceito de Segurança Alimentar, avança um movimento de cunho internacional (e nacional) referente à alimentação e a nutrição com os Direitos Humanos, conferindo uma face mais humana ao conceito. De tal forma que a Conferência Mundial da Alimentação (realizada em Roma, 1996) conceituou a Segurança Alimentar como:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo (FAO, 1996).

Mais recentemente outras dimensões vêm sendo associadas ao termo, a ideia que os países devem ser soberanos para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da sua população. Esta noção de Soberania Alimentar foi incorporada ao conceito após reunião realizada em Havana realizada em 2001, conforme pode ser visto em Maluf, Menezes (2000)

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas (MALUF, MENEZES, 2000, p. 14)

Em conformidade com Montaña (2009), recentemente, com a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003) e dos Conselhos de Segurança Alimentar nos estados brasileiros, ocorreu o amadurecimento de compreensões e criaram-se condições políticas para o advento da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (art. 3º, 2006) através da qual o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi estabelecido nacionalmente como a

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultura e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

Diante das discussões de SAN, o acesso aos alimentos emergiu como uma questão central que necessita de uma interpretação diferente das análises econômicas convencionais, que tratam apenas de questões de suficiência e a eficiência da produção interna e da comercialização dos produtos perante a demanda de consumo da população (MALUF, 1996). Assim, o acesso a alimentação se constitui no direito mais elementar da pessoa (e de todas as pessoas), dele depende a própria realização da vida e das condições essenciais para a cidadania. Diante da qual não se justificam quaisquer razões, seja de cunho econômicos, políticos, sociais alegadas para dificultá-los ou negá-lo (MONTAÑA, 2009).

Dentro deste entendimento o subtítulo seguinte, aborda a questão do acesso aos alimentos na perspectiva do abastecimento alimentar.

2.2.2 Abastecimento alimentar e acesso aos alimentos no Brasil

O abastecimento alimentar é, em geral, compreendido em termos da estrutura que disponibiliza os produtos alimentares, ou seja, a forma pelas quais os alimentos são produzidos e distribuídos para a população. Neste sentido, refere-se aos fluxos em que os

produtos seguem através de uma conexão que se inicia na etapa agrícola, passando pelas intermediações mercantis e processamentos agroindustriais, até o comércio varejista (MALUF,1999). Observa-se assim, que o acesso aos alimentos por parte da população está condicionado a estruturas de abastecimento do país, sendo a renda monetária a condição preliminar para tais aquisições. Pois a mesma se materializa na cesta de consumo, cujos custos, composição e qualidade dos produtos é definida por agentes econômicos que controlam os elos do encadeamento (MALUF,1999).

O Brasil, historicamente enfrentou dificuldades no combate as crises de abastecimento, desde o período colonial, percorrendo o século XX até a crise cafeeira do início do século XX. Tais crises resultaram das políticas econômicas voltadas para o mercado externo e predominância dos interesses dos grandes proprietários de terra que ditavam a atuação do Estado. Diante disso, a base alimentar da população na maior parte dependia das importações (MENEZES, PORTO e GRISA, 2015).

A primeira crise de abastecimento alimentar de que se tem notícia no Brasil ocorreu como uma reação tardia a Grande Depressão Mundial (1873 - 1896)⁴, a economia brasileira buscava uma nova inserção no mercado internacional e o fortalecimento da indústria nascente. Porém, a recessão mundial e a baixa nos preços primários resultaram em escassez de divisas, atingindo diretamente as empresas e as finanças públicas. Assim, com as baixas acentuadas dos preços dos produtos de exportação ocorreu a diminuição na capacidade de importação de alimentos (BELIK, 2000).

Como resposta a tal crise o governo implementa uma redução de impostos para facilitar as exportações dos produtos tropicais e incentivos a instalações de núcleos coloniais, distantes das áreas produtoras para fomentar a produção de gêneros alimentícios. A adoção de tal política incentivava a recepção dos imigrantes, que recebiam terras e ajuda financeira para alocação de suas colônias. Tal medida, visou apenas incentivar a oferta de alimentos no médio e longo prazo, sem qualquer efeito imediato. Assim na virada do século, São Paulo e o Distrito Federal (Rio de Janeiro) que concentravam mais de um milhão de habitantes, não abordavam qualquer sistema concreto de abastecimento (BELIK, 2000).

4 Conhecida como “a mais longa depressão”. Foi uma crise econômica de dimensão mundial experimentada na segunda metade da época vitoriana, que se fez sentir principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que por sua vez vinham experimentando um forte crescimento econômico impulsionado, respectivamente, pela Segunda Revolução Industrial e pela conclusão da Guerra Civil Americana (CURVO, 2011).

Em síntese, o modelo agroexportador que predominou até 1930, provocou o descompasso entre produção (oferta) e consumo (demanda) de alimentos, gerando inúmeros momentos de escassez de alimentos e consequentemente elevação dos preços, resultando em inflações galopantes. Observa-se neste período que as dificuldades de abastecimento interno não eram consequência de uma incapacidade de produção, mas sim o predomínio de interesse dos grandes produtores para atender o mercado externo (MENEZES, PORTO e GRISA, 2015).

A questão do abastecimento alimentar entrou na pauta das políticas governamentais a partir de 1929, com o fim da política café com leite, que alterou os interesses da esfera federal para a necessidade de fomentar o mercado interno, através da industrialização (MENEZ; PORTO; GISA, 2015). Para estes mesmos autores o período de 1930 a 1964 são das grandes transformações, pois ocorreu

O estabelecimento do salário mínimo, da legislação trabalhista e de medidas de promoção da alimentação dos trabalhadores.

A criação de instrumentos relacionados diretamente ao abastecimento alimentar (ainda que alguns deles com vida curta, sendo extintos ou reformulados logo em seguida), como a Comissão do Abastecimento, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, a Comissão de Financiamento da Produção, a Comissão Nacional de Alimentação, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, o Conselho de Abastecimento, o início de ações com foco na alimentação escolar, a Superintendência Nacional de Abastecimento, a Companhia Brasileira de Armazenamento e a Companhia Brasileira de Alimentos

A orientação para a interiorização do desenvolvimento e para tratar das diferenças regionais brasileiras, com a criação da Sudene (MENEZES, PORTO e GRISA, 2015).

Entretanto, para Maluf (2015, p. 4) “o abastecimento alimentar brasileiro não dispõe de requisitos de adequação, equidade e sustentabilidade”. O autor discorre sobre a necessidade de ações combinadas entre acesso e a produção, ampliando-se a abrangência da população a alimentos adequados e saudáveis provenientes de sistemas de produção socialmente inclusivos e ambientalmente sustentáveis. Neste sentido a agricultura familiar dispõem de atribuições fundamentais para a implementação de políticas de abastecimento, não apenas por ser a principal produtora de alimentos para o abastecimento do mercado interno brasileiro, mas também possuir em seu eixo produtivo, a preocupação com a diversidade da produção (PEREZ-CASSARINO, 2015).

Entretanto, a agricultura de base familiar possui historicamente dificuldade em acessar ou se inserir em mercados, desta forma, para Maluf e Wilkinson (1999), as novas oportunidade de incorporação da agricultura familiar nos mercados agroalimentares,

dependem de estratégias autônomas que propõem uma ótica de “construção de mercados” adequadas à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte. Assim, a seção seguinte trata dos temas relacionados a construção social de mercados.

2.3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E AGROECOLOGIA

As discussões sobre configuração dos mercados e as relações estabelecidas nele são pontos fundamentais para os debates entorno do modelo de desenvolvimento na sociedade contemporânea (PEREZ-CASSARINO, 2012). Diante disso, quando se propõem estudar mercados, recorre-se primeiramente aos conceitos da teoria econômica. Sendo que a discussão predominante até metade do século XX, remetia as abordagens da teoria neoclássica, baseadas nos pressupostos de que mercado e economia são um ente só, sendo o mercado o regularizador e organizador da sociedade. De acordo com esta tese, o ser humano orienta-se pelo cálculo racional entre custo e benefício, e compete a concorrência assegurar o equilíbrio nas relações transacionais (WILKINSON, 2008).

Neste sentido os agentes econômicos orientam-se somente pelo autointeresse, conferindo sentido lógico e previsível a ação econômica. Dentro desta perspectiva, o ser humano é livre de influência e assimilações culturais e sociais existente numa sociedade ausente de convenções que foram historicamente estabelecidas (ABRAMOVAY, 2004). Entretanto de acordo com Melão *et al* (2007):

No final dos anos 70 e início dos 80, sociólogos dos Estados Unidos e da Europa recuperaram as ideias, conceitos e métodos de autores clássicos da Sociologia, particularmente de Max Weber e Karl Polanyi, para fazer a crítica à abordagem da economia neoclássica sobre a autonomia da esfera econômica no conjunto da sociedade. Tais autores destacam a centralidade da dimensão socializadora nas relações econômicas, e por conseguinte nas relações mercantis, em detrimento da perspectiva da relação individual e intimista. Com eles se restaura a compreensão dos fenômenos econômicos como sociais, e, em decorrência, o mercado deixa de ser visto como uma "entidade" à parte e abstrata, passando a ser visto como algo construído socialmente (MELÃO *et al*, 2007, p.17)

Contrapondo os pressupostos da teoria neoclássica, Karl Polanyi foi o principal precursor da Sociologia Econômica, destacando que até o século XIX nas sociedades primitivas, feudais e no início do capitalismo a economia era delimitada pelas regras e costumes da organização social, combinando sistemas de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio de todas as formas institucionais e organizacionais (BISCHOF, 2016). Ao estudar Polanyi, Vinha (2001) afirma que a economia humana é enraizada em instituições econômicas

e não econômicas e ambas são essenciais para estruturação e funcionamento. Devido estarem socialmente enraizadas as instituições econômicas organizam, orientam e impõem limites as funções de mercado.

Em 1980 surge a Nova Sociologia Econômica (NSE), tendo como maiores teóricos Mark Granovetter e Richard Swedberg, resgataram e aprimoraram os conceitos centrais de Polanyi (BISCHOF, 2016). Para Wilkinson (2008), Granovetter opõe-se as visões extremas e afirma que nem a economia tradicional foi totalmente desprovida do cálculo e nem a economia moderna foi isenta da ingerência social. Pois o ser humano, em menor ou maior grau, sempre elaborou seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. Assim, a posição do ator nessas redes deveriam ser os pontos de partida para a análise da vida econômica.

Na concepção da NSE, as instituições são o *locus* das relações socioeconômicas, e que através dela a cultura econômica indica os valores, comportamentos e regras que orientam as instituições. Além disso, o mercado e as instituições não são antagônicos, pelo contrário são formas institucionais enraizadas em contextos históricos que criam os mercados, sendo que os elementos de cooperação, confiança, reputação e credibilidade se destacam no relacionamento entre os agentes econômicos. Sendo que as ações ao longo do tempo econômico (histórico e expectacional) buscam fontes de regularidades através da construção de laços de reciprocidade e confiança mútua, ao invés de acontecer naturalmente como prega o paradigma do equilíbrio geral (VINHA, 2001). Por fim a mesma autora elucida:

A Nova Sociologia Econômica é responsável por um dos mais importantes acontecimentos no processo de evolução do conhecimento nas ciências sociais, qual seja, que é a efetiva convergência teórica da sociologia e economia, não mais no plano da retórica ou na junção forçada das duas teorias específicas, mas no sentido de colaboração e complementariedade operacional entre elas, visando romper a falsa oposição entre economia/sociedade. (VINHA, 2001, p. 224)

Portanto, a NSE de Granovetter busca edificar-se numa teoria que tenta explicar de formas mais consistente os fenômenos mercantis. Na qual o agir econômico está enraizado necessariamente no agir social, no contexto das redes interpessoais, e que são fundamentais nos momentos anteriores as a constituição das instituições. Para tanto, a NSE utiliza-se de teorias alternativas a teoria econômica para explicar a ação e racionalidade dos indivíduos reais e a constituição e reprodução das instituições (BISCHOF, 2016).

Porém, não basta afirmar que mercados são construções sociais, é necessário demonstra as condições, e de que acordo com quais cenários eles são moldados, como são construídos e se transportam ou remetem os atores a sua origem e a sua história (BISCHOF,

2016). Para Sabourin (2013) ao investigar os mercados agroalimentar, observa-se um vínculo entre práticas de troca e de reciprocidade, mesmo que ambas sejam antagônicas, há uma grande diversidade de relações e tipos deste mercado. Pois, se de um lado temos os supermercados e seu poder impessoal de relacionamento entre consumidor e vendedor, por outro lado, os mercados de venda direta (face-face – produtor e consumidor). A relação de reciprocidade é redobrada, pois estimula a sociabilidade, criando laços de amizade, confiança, de reconhecimento mútuo ou valores éticos de fidelidade e de respeito (SABOURIN, 2013)

Os circuitos curtos de comercialização favorecem a coexistência entre essas práticas de reciprocidade e troca mercantil sem que uma destrua a outra (SABOURIN, 2013). Os circuitos curtos possibilitam ainda uma reaproximação de produtores e consumidores, diante de um cenário em que há um forte comércio destinado as grandes redes de distribuição, aliado ao hábito de se alimentar “fora de casa”, resultou num modelo de produção-distribuição-consumo concentrado nos circuitos longos, afastando consumidores de produtores (DAROLT, 2013).

Seguindo esta lógica, define-se como circuitos curtos os canais de comercialização que permitam uma menor deslocamento entre a produção e o consumo. Entretanto, uma ideia mais ampla de circuito curto, vai além da proximidade geográfica. E considera aspectos relacionados a democratização do acesso ao alimento e da aproximação social e cultural entre os agentes envolvidos, refere-se aos Circuitos de Proximidade (PEREZ-CASSARINO, FERREIRA, 2016).

Os circuitos de proximidade estão fundamentados na concepção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, visando a geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, orientados por princípios de transparência, horizontalidade e confiança. Outro aspecto a se considerar nos circuitos de proximidade, refere-se articulação das diferentes dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que articulam os processos de comercialização de cada realidade regional e das organizações. Além de que os circuitos de proximidade contribuem com os agricultores, no sentido de estimular a diversificação da produção para o mercado e o autoconsumo (PEREZ-CASSARINO, FERREIRA, 2013).

O distanciamento do meio rural (como fonte produtora de alimentos nutritivos e diversificado) do consumo, pode ser compreendido como uma consequência do progresso do modelo de produção dominado pelas grandes empresas. Estas que controlam igualmente o processamento e a comercialização de alimentos, e que ainda propiciou o consumo cada vez mais baseado em produtos ultra processados, multiplicando as grandes redes de distribuição

de alimentos, como os supermercados e hipermercados. Sendo que estas grandes empresas seguem a lógica da competição de preços e a consequente eliminação de elementos mais frágeis da cadeia, como os varejos de pequeno porte (ROCHA, 2015). Em conformidade com Kautsky, 1986:

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, menor era sua condição de conservar o primitivo nível da venda direta do produtor ao consumidor. Quanto mais distantes e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se tornava o intermediário (KAUTSKY, 1986, p.20).

Dentro desta perspectiva, observamos as recentes crises alimentares, econômicas e ambientais têm gerado um movimento de contestação, em defesa da segurança alimentar e nutricional, não apenas no aspecto da disponibilidade de alimentos, mas nas perspectivas da qualidade e quantidade, e na forma de distribuição e apropriação dos mesmos. Uma das modificações mais significativas corresponde ao aumento da agricultura de base ecológica, que se traduz em um conjunto de processos de produção, que consolidam a agroecologia (NIEDERLE, ALMEIDA e VEZZANI, 2013). Para Sevilla-Guzmán e Soler (2010, p.205)

[...] a práxis socioeconômica da Agroecologia avança na construção de sistemas agroalimentares alternativos que se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, aproximando aos agricultores e criadores aos espaços de consumo estabelecendo relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre a base comuns que transcendem as exclusivamente mercantis, atualizando assim valores historicamente vinculados ao campesinato na construção de sociedades mais justas e sustentáveis no contexto atual da globalização (SEVILLA-GUZMÁN E SOLER, 2010, P.205).

Posto isso, a agroecologia busca desenvolver mecanismos alternativos de comercialização dos produtos, objetivando por um lado, melhor as condições dos produtores, e por outro, possibilitar maiores condições de acesso aos alimentos ecológicos por parte dos consumidores (PEREZ-CASSARINO, FERREIRA, 2013).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo de campo, caracterizado pelas investigações em que se realiza pesquisa bibliográfica e/ou documental e coleta de dados junto as pessoas (GERHARDT, 2009). A pesquisa é de cunho descritivo, que tem como objetivo a apresentação das peculiaridades de fenômenos e populações, ou demonstrar relação entre as variáveis estudadas (GIL, 2012). A abordagem do trabalho é predominantemente qualitativa, ou seja, não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (GERHARDT, 2009).

O trabalho iniciou-se com a escolha dos canais de comercialização a serem investigados, o critério utilizado para a seleção foi a comercialização de produtos ecológicos com o mesmo perfil, mas com formas de funcionamento diferenciados, de forma a verificar a contribuição de cada uma destas formas a uma estratégia de abastecimento alimentar centrada nos princípios da SAN. Posto isto, as organizações definidas foram: a Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul (PR) abastecida pelas organizações Cooperjunho e Recanto da Natureza e a Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba (PR), abastecida pelo Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida (Circuito Sul). Neste segundo caso, optou-se por avaliar somente a oferta de produtos nas bancas oriundas deste Circuito, por ser uma estratégia inovadora de comercialização e que se diferencia do perfil majoritário das feiras orgânicas de vender somente produtos oriundos das unidades familiares dos próprios feirantes e/ou dos grupos que integram.

A abordagem inicial com as organizações ocorreu por meio de entrevistas, que é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula questões, com objetivo de obtenção de dados que interessam a pesquisa (GIL, 2012). Para as entrevistas iniciais elaborou-se um roteiro semiestruturado, que de acordo com Manzin (1991), focaliza-se em perguntas chaves que são complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. As entrevistas ocorreram com agentes chaves das duas organizações (Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul e Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba), nos dias 30 de janeiro e 21 de abril de 2016.

A partir das entrevistas iniciais, elaborou-se um formulário com perguntas fechadas, que são um conjunto de questões que são formuladas e anotadas por um entrevistador, numa situação face a face com o entrevistado (GERHARDT, 2009). O formulário foi elaborado através de uma planilha no Excel para coleta dos dados junto aos gestores das organizações.

Na planilha buscou-se fazer o levantamento dos dados referentes a diversidade dos canais de comercialização, ou seja, a quantidade de itens disponíveis; os preços unitários de cada produto; e os meses que estes estão disponíveis nas bancas. A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2016.

Os preços dos produtos orgânicos comercializados nos canais foram submetidos à comparação aos produtos convencionais. A base de dados consultada para análise foi a chamada pública do Programa Estadual de Alimentação Escolar Agricultura Familiar de 2016, que se utiliza de pesquisa no varejo para definição da tabela de preços.

Para a categorização dos alimentos em grupos utilizou-se a abordagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a realização da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), em classifica os produtos conforme:

Quadro 1- Classificação por grupo de produtos de acordo com POF, 2016

Grupo de Alimentos	Descrição dos produtos
1. Cereais e leguminosas	1.1 Cereais; 1.2. Leguminosa
2. Hortaliças	2.1 Hortaliças folhosas e florais; 2.2 Hortaliças frutuosas; 2.3 Hortaliças tuberosas e outras.
3. Frutas	3.1 Frutas de clima tropical; 3.2 Frutas de clima temperado
4. Cocos, castanhas e nozes	4.1 Cocos; 4.2 Castanhas e nozes
5. Farinhas, féculas e massas	5.1 Farinhas; 5.2 Féculas; 5.3 Massas
6. Panificados	6.1 Pães; 6.2 Bolos; 6.3 Biscoitos, roscas, etc
7. Carnes	7.1 Carnes bovinas de primeira; 7.2 Carnes bovinas de segunda 7.3 Carnes bovinas outras; 7.4 Carnes suínas com osso e sem osso; 7.5 Carnes suínas outras; 7.6 Carnes de outros animais
8. Vísceras	8.1 Vísceras bovinas; 8.2 Vísceras suínas; 8.3 Outras vísceras
9. Pescados	9.1 Pescados de água salgada; 9.2 Pescados de água doce; 9.3 Pescados não especificados
10. Aves e ovos	10.1 Aves; 10.2 Ovos
11. Laticínios	11.1 Leite e creme de leite; 11.2 Queijos e requeijão; 11.3 Outros laticínios
12. Açúcares, doces e produtos de confeitaria	12.1 Açúcares; 12.2 Doces e produtos de confeitaria; 12.3 Outros açúcares, doces e produtos de confeitaria
13. Sais e condimentos	13.1 Sais; 13.2 Condimentos
14. Óleos e gorduras	14.1 Óleos; 14.2 Gorduras
15. Bebidas e infusões	15.1 Bebidas alcoólicas; 15.2 Bebidas não alcoólicas; 15.3 Cafés; 15.4 Chás
16. Alimentos preparados e misturas industriais	16.1 Alimentos preparados; 16.2 Misturas industriais
17. Outros produtos	-

Fonte: IBGE, 2016

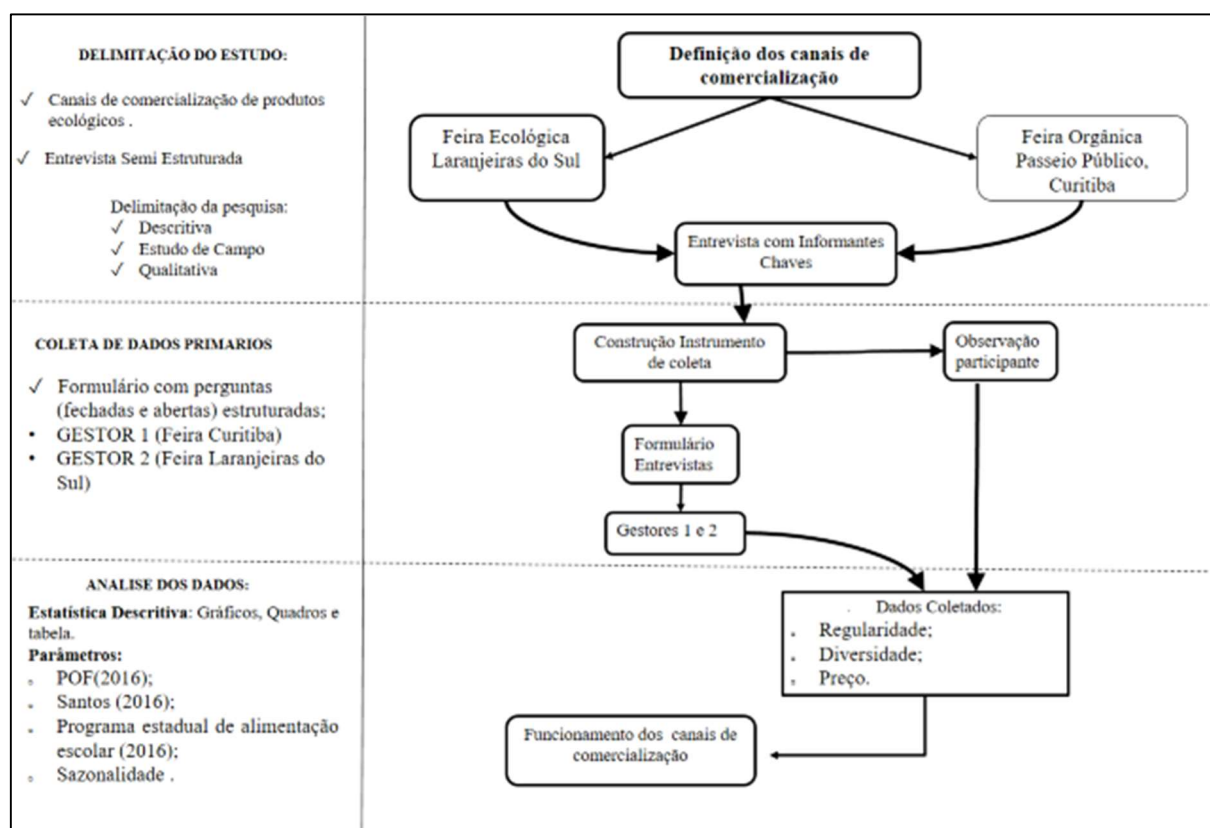
De acordo com o número de itens orgânicos disponíveis nos canais de comercialização foram classificados quanto sua diversidade em: pouquíssimo diversificado (menos de 10

itens); pouco diversificado (entre 11 e 30 itens); diversificado (entre 31 e 50 itens); muito diversificado (51 a 100 itens) e extremamente diversificado (acima de 100 itens). Tais parâmetros foram utilizados por SANTOS (2016), no trabalho de conclusão de curso, intitulado Circuitos de Comercialização de Produtos Orgânicos em Curitiba-PR.

A análise da regularidade na oferta foi realizada com os gestores, em que os mesmo indicaram a sazonalidade de cada produto durante o ano, ou seja, indicavam os meses que os produtos estavam disponíveis nas bancas. A análise da regularidade foi feita apenas com o grupo de alimentos horta e frutas, por terem diferentes épocas de colheita e devido sua alta perecibilidade, uma vez que os demais produtos investigados tem uma maior durabilidade, estando assim disponíveis nos doze meses do ano.

Os dados são apresentados na forma de gráficos e tabelas para melhor visualização e compreensão de suas representatividades. Na Figura 1 abaixo apresenta-se em esquema de fluxograma com os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma dos processos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, 2016.



Fonte: Elaboração da autora, 2016.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tópico a seguir está organizado primeiramente na descrição dos canais de comercialização investigados, seguido dos itens discussão da diversidade presente em cada canal; da regularidade na oferta dos produtos e dos preços praticados. Em cada item é realizado uma discussão comparativa entre os canais e uma reflexão sobre a contribuição com o tema do abastecimento alimentar.

4.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

A seção seguinte apresenta-se a descrição dos canais de comercialização investigados, resgatando o histórico e o funcionamento organizativo de cada organização.

4.1.1 Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, Paraná

Em meados de 2006, a Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serrana de Lages (SC) (ECOSERRA), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA) de Erechim (RS), a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) de Curitiba (PR) e a Associação COOPERA Floresta de Barra do Turvo (SP) realizaram uma parceria para circular seus produtos, num processo de troca e comercialização baseado nos princípios da economia solidária e da agroecologia. Tal iniciativa é resultado de articulações entre organizações vinculadas a Rede Ecovida de Agroecologia e outros agentes promotores da agroecologia no sul do Brasil (MAGNANTI, 2008).

Desta forma, constitui-se o circuito Sul de comercialização com os seguintes princípios que orientam seu funcionamento. O primeiro princípio, diz respeito a integração ao circuito, estabelecendo que é necessário que os alimentos ofertados para a comercialização sejam produzidos ecologicamente e que estejam com selo da Rede Ecovida de Agroecologia. Além disso, devem ser oriundos da agricultura familiar produzindo de forma diversificada, garantindo a segurança alimentar das famílias produtoras e consumidoras (MAGNANTI, 2008).

O segundo princípio determina que as organizações que comercializam devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito, garantindo assim

o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, e com isso, permitir a diversidade de mercadorias ofertados nos diferentes canais de comercialização (MAGNANTI, 2008).

O circuito está organizado em dez Estações-Núcleos, sendo estas três localizadas no Paraná, quatro em Santa Catarina, três no Rio Grande do Sul e uma no Vale do Ribeirão em São Paulo, também há possibilidade da constituição de novas estações em Sacramento (MG) e Itacaré (BA). Em torno destas Estações-Núcleos estão quinze Subestações que agregam, por sua vez, outras tantas Estações-locais, formando um sistema Regional de circulação das mercadorias da agricultura familiar. Cada Estação constitui-se em um ponto de troca, compra e venda de alimentos, e com isso assegura a circulação de uma grande quantidade de alimentos pelos três estados do Sul. Como pode ser visualizado na *Figura 2*.

Figura 2 - Mapa de Rotas do Circuito de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida, 2016.



Fonte: GRANDO, 2014

Até o momento o Circuito Sul é constituído por três grandes rotas articuladas por dez núcleos da Rede Ecovida, a saber:

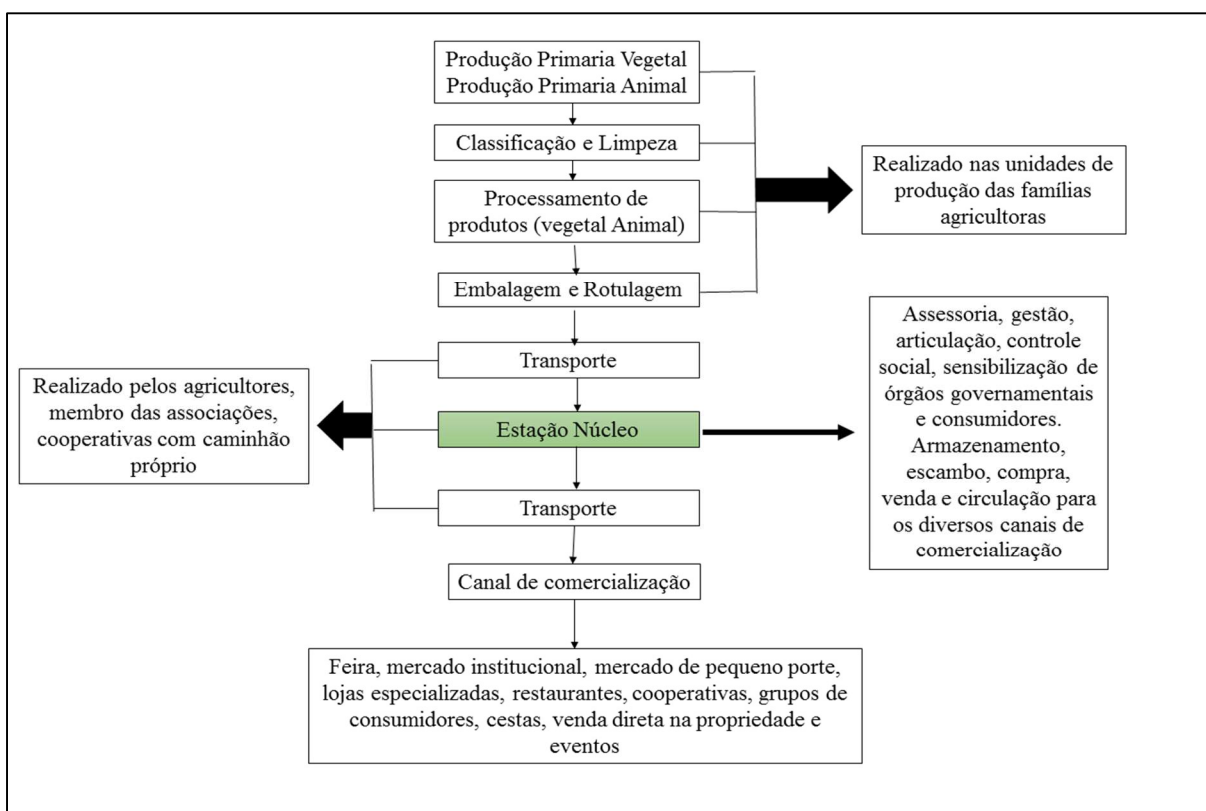
- I) Erechim–Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km;
- II) Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km;
- III) Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km.

Este processo funciona de acordo com um determinado fluxo que se inicia nas propriedades e flui entre diferentes agentes até o consumidor final, portanto a produção primária, ou seja, a fase de classificação e limpeza, processamentos dos produtos, embalagem e rotulagem são feitas nas propriedades rurais, pelas próprias famílias agricultoras. Já no que se refere aos pedidos entre os membros do circuito, estes ocorrem via comunicação telefônica e internet, e o transporte dos produtos é realizado por caminhões e veículos dos próprios agricultores que se encontram nas estações e realizam, assim a troca de produtos entre as rotas (MAGNANTI, 2008).

Como forma de garantir o bom funcionamento do circuito a cada 45 dias ocorre uma reunião, na qual produtores representantes de suas estações, associações e cooperativas se encontram para tomadas de decisões, formação de preços, planejamentos, logística e organização das ofertas e demandas (MAGNANTI, 2008).

Neste sentido, esses alimentos são destinados aos consumidores finais através das feiras, do programa da merenda escolar, do PAA, em pequenos comércios distribuidores e através de grupos de troca.

Figura 3 - Fluxograma da Organização do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida, 2016



Fonte: adaptação Grando, 2014

Como é possível perceber o mecanismo de venda e compra entre as estações permite uma menor circulação monetária, tendo em vista que a maioria dos casos ocorre apenas a troca de produtos, assim o dinheiro é apenas empregado para eventuais diferenças no valor da transação. A transparência e a participação efetiva nesses processos são garantidas através de planilhas elaboradas pelas organizações que realizam a comercialização e contém todos os custos envolvidos nessa atividade. Posto isso, a composição de preços praticados em cada núcleo é conhecida por todos, permitindo que haja debates sobre formas de racionalização dos custos. Atualmente, participam deste processo de circulação e comercialização cerca de 1500 famílias (MAGNANTI, 2008).

Neste estudo é investigados a Feira Orgânica que acontece no Passeio Público, parque situado dentro de Curitiba (PR), localizada na rua Presidente Faria. Esta feira foi inaugurada em 18 de março de 1993, atualmente seu funcionamento ocorre nos sábados das 07h às 12h. Esta feira é um dos canais de comercialização em que o Circuito Sul abastece (15 bancadas), ou seja, abastece parte da feira, não ela toda.



Figura 4- Feira orgânica do Passeio Público- Curitiba/PR

Fonte: Feira Orgânica do Passeio Público, Curitiba (Google imagens, 2017).

4.1.2 Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, Paraná

No dia 08 de junho de 1997, aproximadamente 200 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acamparam nas margens da BR- 158, km 407, cidade de Laranjeiras do Sul (PR). Em dezembro de 1998, ocuparam a fazenda Rio do Leão e 1999 houve a desapropriação da área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), beneficiando 74 famílias. Com o apoio dos técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), 18 famílias iniciaram a produção ecológicas e uma feira no bairro Presidente Vargas do município, mas por dificuldades de transporte e inadimplência dos consumidores transferiram a atividade para a comunidade do assentamento (GESTOR 2).

As famílias se organizavam primeiramente através de associação (Associação Comunitária Assentamento Oito de Junho) e posteriormente em cooperativa (Cooperativa Agroindustrial 8 de junho – COOPERJUNHO) que trabalha com produtos orgânicos e convencionais (panificados, Lácteos e hortifrúti) (GESTOR 2, 2016). Os canais de comercialização acessados por esta organização são: Supermercados do município; mercado institucional (PNAE e PAA); feira; cantina na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul, além de realizar eventos, como café colonial (GESTOR 2, 2016).

O Acampamento Recanto da Natureza surge em março de 1999, quando 27 famílias do MST ocupam uma área situada no município de Laranjeiras do Sul. Essas famílias eram, em boa parte, compostas por jovens, filhos de assentados do assentamento vizinho Passo Liso e arrendatários de terra na região (SILVA, 2016). No ano de 2004, ocorre a divisão nos lotes na área ocupa e começam a propor a criação de um grupo para discutir a agroecologia no acampamento, com ajuda dos técnicos do CEAGRO formou-se um grupo de 17 agricultores com interesse na produção ecológica. E estas famílias se organizam coletivamente através da Associação dos Pequenos Agricultores Terra Livre (SILVA, 2016).

Dentro desta organização temos o grupo de cooperação (leite, Mel e feira) e o grupo da agroindústria, ambos exploram os mercados tanto convencional como agroecológico. Os canais de comercialização acessados são: mercado institucional (PAA e PNAE) e Feira (SILVA, 2016).

Ao desenvolver a produção ecológica, as famílias construíram novas articulações, novas relações e redes que fortaleceram a atividade, tais como o grupo de produtores agroecológicos do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul, a Prefeitura Municipal, o

Ceagro e a Rede Ecovida que começa a planejar a formação de um núcleo regional com sede em Laranjeiras do Sul. No ano de 2012, com a formalização do núcleo regional Luta Camponesa da Rede Ecovida, e, portanto, formalizando o grupo de agroecologia do Acampamento, pertencente a Rede Ecovida, efetivou-se a comercialização no espaço de feira ecológica do município (SILVA, 2016).

A Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul é realizada por estas duas organizações (Cooperjunho e Recanto da Natureza), que desenvolvem atividades coletivas, como reuniões e mutirões para trabalhar a questão da agroecologia. Entretanto diante da distância de uma comunidade na outra e problemas com transporte, diminui a frequência dos encontros, mas entre as famílias das organizações, se reúne para realizar planejamento produtivo e organizar os cronogramas de venda. Além de realizar uma atividade prática (roçada, plantios, caldas) na casa dos produtores (GESTOR 2, 2016).

Um ponto fundamental para instalação da Feira Ecológica, foi a UFFS, que contribuiu com o fortalecimento das atividades de produção e comercialização das famílias através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Estas ações permitiram levar a feira ecológica para o centro da cidade, junto com a feira convencional (que ocorria nas terças-feiras a tarde) em um primeiro momento. Entretanto diante da dinâmica individualista dos feirantes de produtos convencionais, que divergia com prática coletiva do grupo ecológico optou-se por modificar os dias de feira ecológica para as quintas-feiras a tarde e sábado pela manhã (GESTOR 2, 2016).

No mês de agosto de 2016, foi inaugurado em Laranjeiras do Sul o Mercado Municipal, com uma área de 356 m², comportando 14 boxes que abriga todos os feirantes da cidade, sendo o atendimento de segunda a sábado. Para a feira de produtos ecológico destinou-se três boxes, em que as famílias comercializam seus produtos. Os produtos hortifrúti, são higienizados e embalados nas unidades de produção familiar e encaminhados a comunidade pelos próprios agricultores até a sede da cooperativa e da associação. Em seguida para a feira com o transporte da organização.

As famílias feirantes da Cooperjunho e do Recanto da Natureza se organizam internamente para definir os dias em que cada família será responsável pela venda nas bancadas.

4.1.3. Análise comparativa do funcionamento dos canais de comercialização

As organizações por trás das feiras estudadas tem configurações diferentes, mas se assemelham em alguns canais de comercialização que acessam, como por exemplo as compras institucionais e as próprias feiras. Observa-se que o Circuito Sul de comercialização que abastece parte da Feira Orgânica de Curitiba, desenvolve mais processos operacionais, uma vez que sua estrutura passa pelos três estados do sul do país, envolvendo mais atores.

O Circuito Sul mesmo percorrendo distâncias regionais e estaduais, mantém seu foco centrado no fortalecimento dos mecanismos alternativos de mercado estabelecidos localmente, de forma a possibilitar maior diversidade e regularidade na oferta de produtos. Nesta perspectiva o Circuito Sul cumpre papel de não pensar em canais curtos apenas como a proximidade geográfica, mas sim como mecanismo de democratizar o acesso aos alimentos e da aproximação social e cultura, dos agentes envolvidos. Assim, como as organizações Cooperjunho e Recanto da Natureza veem tentando desempenhar este papel localmente.

As organizações estudadas fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia que tem como objetivo o fortalecimento dos mercados locais e de circuito curtos de comercialização, por meio da construção de mecanismos alternativos de mercado, em que se destacam as feiras ecológicas. A partir disso, a seguir serão abordados elementos que permitem avaliar se ambas as feiras estudadas no trabalho, cumprem a função de acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como se propõem as discussões de abastecimento alimentar.

4.2 DIVERSIDADE DE ITENS ORGÂNICOS NAS BANCAS DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Na seção seguinte é discutido a diversidade de produtos orgânicos disponíveis nas bancas dos canais de comercialização estudado.

4.2.1 Diversidade na oferta de produtos na Feira Orgânica no Passeio Público, Curitiba (PR)

A diversidade na oferta de produtos na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, são oriundos em parte pelas famílias pertencentes ao Circuito Sul. Oportunizando a oferta de um número maior de diversidade, devido a dinâmica de circulação e comercialização dos

produtos. Enriquecendo as bancas com produtos de outras regiões do país (GESTOR 1). Como pode-se observado no *Quadro 2*

Quadro 2 - Diversidade de produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.

Grupos de Produtos	Variedades	Q ^{DE} de Variedade
Cereais e Leguminosas	Arroz*, chia, centeio, linhaça dourada, quinoa, soja, trigo, feijão*, aveia, canjica, quirera.	11
Hortaliças	Alface*, almeirão, espinafre, acelga, chicória, couve, repolho*, brócolis, tomate, couve-flor, abobrinha verde, berinjela, inhame, mandioca, cebola, cenoura, beterraba, escarola, cebolinha verde, salsinha verde, batata doce, batata inglesa, batata salsa, palmito, vagem.	25
Frutas	Morango, banana*, laranja*, limão*, bergamota, maçã.	6
Farinhas, féculas e massas	Farinha de arroz*, farinha de aveia, farinha de banana*, farinha de coco, farinha de chia, farinha de centeio, farinha de inhame, farinha de batata-doce, farinha de linhaça dourada, farinha de mandioca, farinha de quinoa, farinha de soja, farinha de semente de uva, farinha de milho*, polvilho doce, farinha de trigo, macarrão, fubá.	18
Panificados	Paes*, bolos*, brownie, torrada sueca, tortas*, calzone integral, cookies*	7
Laticínios	Queijo	1
Bebidas e infusões	Licor*, chás*, erva mate, sucos*, vinhos*, extrato de soja, café	7
Cocos, castanhas e nozes	Coco ralado, castanha de caju, castanha do Brasil.	3
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	Açúcar mascavo, uva passas, passas de banana, bananada, calda de amora preta, melado de cana, figada, goiabada, geleias*, marmelada, pessegada, castanhela, cajuella (creme de castanha de caju), paçoca, mel, cacau em pó, balas de banana, doce cremoso*, liquor de cacau.	19
Alimentos preparados e misturas industriais	Chips*, palitos comestíveis*, temperos*, ativador de sabor, patê de berinjela, antepasto de berinjela, chutneys*, extrato de tomate, granola.	9
Óleos e gorduras	Óleo de coco, óleo de chia, óleo de linhaça dourada, óleo de soja, óleo de semente de uva, manteiga de cacau	6
Sais e condimentos	Açafrão, colorau, gengibre em pó, sais*, salsa desidratada, vinagres*, molho de pimentas*	7
Outros produtos	Amaranto em pipoca, farelo de trigo, fibra de trigo, cogumelo, flocos*	5
Total		126

Fonte: Elaboração autora, 2016

*Produtos com mais de uma variedade.

Nota 1: Para a classificação dos grupos de produtos foi utilizado a metodologia do IBGE, pesquisa de orçamento familiares – POF.

Portanto de acordo com o quadro acima, a diversidade dos produtos oriundos do Circuito Sul nas bancas da Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba (PR) é composta de 126 itens diferentes de alimentos orgânicos. As **hortaliças** o grupo com maior número de produtos, vinte cinco, além das variedades, como o caso da alface (americana, lisa, crespa e roxa) e do repolho (verde e roxo). Os grupos **açúcares, doces e produtos de confeitaria** é o

segundo com maior número de produtos, com dezenove, sendo estes provenientes de seis organizações pertencentes a Rede Ecovida de Agroecologia (Copavi, Marfil, Carraro, Alimentar, Quina Amarela e Cooperfloresta). Das geleias, são ofertado dezessete sabores diferentes: uva, pêssego, maçã, morango, marmelo, manga, mirtílio, goiaba, gengibre e caqui, frutas vermelhas, framboesa, fysisalis, caqui com maracujá, banana e maracujá, uvaia, amora e banana com cravo e canela. E dos doces cremoso há três tipos: de abóbora, de banana e de butiá.

Os produtos classificados em **farinha, fécula e massa** são o terceiro maior grupo de itens disponíveis, e são provenientes das organizações Marfil e Cooperfloresta, há três tipos de farinha de arroz (agulhinha, cateto vermelho e preto), dois tipos de farinha de milho (branca e amarelo) e a farinha de trigo (branca e integral).

Os produtos classificados como **grãos e leguminosa** disponibilizam onze tipos de produtos, todos provenientes da organização Marfil, os produtos que tem mais de uma variedade é o arroz – agulhinha, cateto (integral, polido e vermelho) e parboilizado – e feijão (adzuki, carioca, fradinho e preto). Os produtos agrupados como **fruta** totalizaram seis tipos distintos, apresentaram mais de uma variedade a banana (caturra, prata e maçã), a laranja (lima, valência e baía) e o limão (cravo, taiti e siciliano).

As **bebidas e infusões** totalizaram sete produtos diferentes, oriundos de seis organizações (Carraro, Yanti, Novo Citrus, Poli, De Cezaro e Marfil). Os sucos têm doze sabores diferentes, sendo eles: amora, laranja, laranja com gengibre, laranja com mirtílio, maçã, maçã com gengibre, maçã com mirtílio, mirtílio com uva, maracujá, tangerina, uva bordo, uva rose. E os vinhos cinco sabores: Vinho branco suave e seco moscato, vinho tinto seco bordo, vinho tinto seco Sayve Villard, vinho tinto suave bordo. E os chás também tem igualmente cinco sabores: Capim limão, folha de abacate, folha de amora, chá mate tostado, chá verde grosso e fino.

Os produtos categorizados como **alimentos preparados e misturas industriais** apresentam nove artigos diferentes e são provenientes de quatro organizações (Marfil, Vegan Carraro e Al Andus). Alguns produtos estão disponíveis em sabores diferentes como os chips (Chips de banana salgada com orégano, de aipim salgado, de aipim salgado com orégano, de inhame salgado e de inhame salgado com orégano) os palitos comestíveis de (gergelim e alecrim, linhaça e lemon pepper e quinoa e ervas finas), os temperos prontos (alho e sal, tempero para churrasco e tempero verde) e os chutneys de pêssego e maçã.

Os gêneros classificados como **óleos e gorduras** possui seis produtos diferentes e os gêneros alimentícios categorizados como **cocos, castanhas e nozes** somam três produtos e a

procedência destes artigos é a Família Marfil. Os **lácteos**, são representados pela comercialização do queijo, oriundos das organizações Cooperjunho e a leiteira.

O grupo de **sais e condimentos** disponibilizam sete diferentes itens originários de cinco organizações (Marfil, Vegan, Cooperfloresta, Al Andalus e São Francisco). O sal apresenta duas variedades, o Gourmet e o Sal In Natura Marinho, assim como o vinagre de maçã e de vinho tinto; e o molho de pimenta verde e vermelha.

Os **panificados** apresentam sete itens diferentes, sendo que os pães têm duas variedades ofertadas, o pão de sete cereais e o pão de centeio, há também seis tipos de bolos (bolo alemão, bolo de frutas secas, bolo de fubá com erva doce, bolo de milho verde, bolo de laranja, bolo de cenoura), e dois sabores de torta (torta de amêndoa com damasco e torta salgada), e mais três tipos de cookies (cookies de aveia, aveia e especiarias, castanha do pará e granola). Por fim, em **outros produtos**, expõem cinco, encontrando três variedades de flocos (de aveia, de arroz, de centeio, de milho e de quinoa).

4.2.2 Diversidade na oferta de produtos na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul (PR)

A diversidade de produtos ecológicos ofertados na Feira de Laranjeiras do Sul é assegurada pelas famílias agricultoras da Cooperjunho e da Associação dos Pequenos Agricultores – Terra Livre.

Quadro 3 - Diversidade de produtos ofertados na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul

Grupos de Produtos	Variedades	Q ^{DE}
Cereais e Leguminosas	Feijão, arroz, amendoim, chia, milho verde.	5
Hortaliças	Alface*, rúcula, almeirão, espinafre, cebolinha verde, salsinha, acelga, chicória, couve, beldroega, repolho, brócolis, tomate, pimentão, chuchu, couve-flor, abobrinha verde, moranga, berinjela, jiló, quiabo, cara*, inhame, iacon, batata-doce, mandioca, alho, alho poró, cebola, rabanete, pepino, cenoura, beterraba,	33
Frutas	Jabuticaba, framboesa, pitanga, guabiroba, uvaia, pêssego, amora, ameixa, morango, banana, laranja, limão, poncã.	13
Farinhas, féculas e massas	Farinha de trigo, fubá.	2
Panificados	Broá, biscoito de fubá	2
Laticínios	Queijo, requeijão, doce de leite, iogurte	4
Bebidas e infusões	Suco de uva, cachaça, vinho, licor*, composto de chás e água de coco.	4
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	Açúcar mascavo, cookies*, geleias*, melado e mel.	5
Outros produtos	Extrato de tomate	3
Sais e condimentos	Açafrão, gengibre	2

	Total	73
--	--------------	-----------

Fonte: Fonte: Elaboração da autora, 2016

*Produtos com mais de uma variedade.

Nota 1: Para a classificação dos grupos de produtos foi utilizado a metodologia IBGE, pesquisa de orçamento familiares – POF.

Conforme observado no *Quadro 3*, a Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul conta com 73 diferentes tipos de produtos orgânicos, apresentado mais de uma variedade para alguns dos gêneros alimentícios. O grupo de alimentos que tem maior diversidade é o de **hortaliças**, que disponibiliza trinta e quatro diferentes tipos produtos, mais as variedades, como no caso da alface (americana, lisa, crespa, roxa e mimosa) e do cara (arbóreo e de raiz). O segundo grupo com maior variedade é o de **fruta**, com treze itens diferentes. Os **cereais e leguminosas**, totalizam cinco itens e os **sais e condimentos**, apresentam dois tipos de produtos.

Os produtos **lácteos** (queijo, iogurtes, doce de leite e requeijão) são produzidos pelo laticínio da Cooperjunho, que recebe leite agroecológicos de produtores do Assentamento Ireno Alves, de Rio Bonito do Iguaçu-PR, certificados pelo Núcleo da Rede Ecovida Luta Camponesa, integrantes do Grupo Mais vida. Os **panificados** (Broa e Biscoito de fubá) são produzidos na agroindústria da Cooperjunho.

Os alimentos classificados em **açúcares, doces e produtos de confeitaria**, somam cinco itens diferentes, mais as oitos variedades de geleias (mirtilio, frisaes, morango, maçã, laranja, manga, framboesa e abobora) e os três sabores de cookies (castanha do pará e coco, frutas vermelhas, banana e coco e castanha do pará e cacau). Os produtos **bebidas e infusões** possui quatro itens diferentes e duas variedades de licor (guabiroba e morango). Ambas classificações, somada a categoria de **outros produtos** são provenientes do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida de Agroecologia, que chegam através da articulação com o Núcleo Luta Camponesa, porém representam um pequeno volume em relação ao total comercializado, exercendo pouca influência no processo de comercialização.

4.2.3 Análise comparativa da diversidade

De acordo com o número de itens orgânicos disponíveis, os canais de comercialização foram classificados quanto sua diversidade, conforme critérios descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Classificação dos canais de comercialização quanto a diversidade de itens orgânicos

Diversificação	Parâmetro
Pouquíssimo diversificado	Menos que 10 itens orgânicos disponíveis
Pouco diversificado	Entre 11 e 30 itens orgânicos disponíveis
Diversificado	Entre 31 e 50 itens orgânicos disponíveis
Muito diversificado	Entre 51 e 100 itens orgânicos disponíveis
Extremamente diversificado	Acima de 100 itens orgânicos disponíveis

Fonte: SANTOS, 2016

De maneira geral os dois canais de comercialização apresentaram grande diversidade na oferta de produtos orgânicos como pode ser visto no *Quadro 5*.

Quadro 5 - Grau de diversidade dos canais de comercialização, 2016.

Canal de comercialização	Nº Diversidade do canal	Grau de diversidade
Feira Ecológica Laranjeiras do Sul	73	Muito diversificado
Circuito Sul	131	Extremamente diversificado

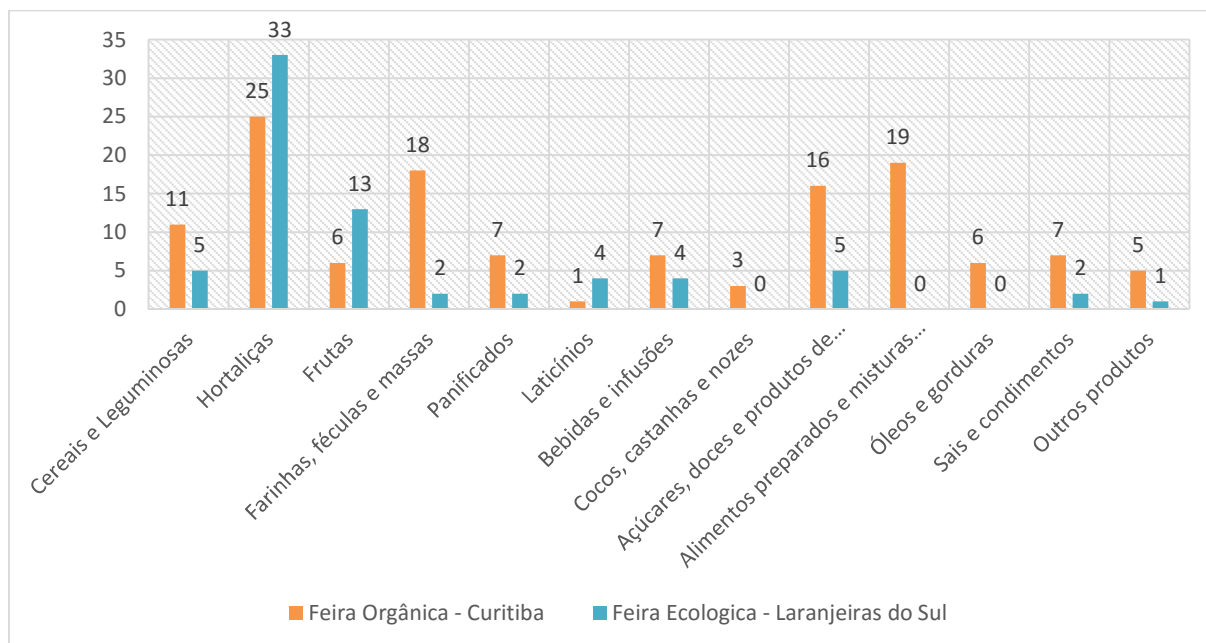
Fonte: Elaboração da autora, 2016.

A razão do Circuito Sul ter uma maior diversidade, considerado extremamente diversificado (131) em relação a Feira Ecológica de Laranjeiras, muito diversificado (71), se deve a articulação entre as regiões fazendo circular maior diversidade de produtos, assim como a vantagem no número de famílias agricultoras envolvidas na comercialização. Sendo que em Curitiba, o mercado é mais denso, devido o desenho institucional. Pois a Feira Orgânica de Curitiba, possui 58 produtos a mais disponíveis que a feira ecológica, entretanto o fluxo de pessoas é proporcionalmente maior em Curitiba, exigindo assim uma maior diversidade no canal de comercialização.

Entretanto, ao observar, verifica-se que grupos **Hortaliça e Frutas** na Feira de Ecológica de Laranjeiras apresenta maior número de itens, observando também que as frutas boa parte são nativas da região. Mas que por outro lado, os grupos de produtos classificados como **Coco, castanhas e nozes, Alimentos preparados e misturados industriais e Óleos e gorduras**, na Feira Ecológica de Laranjeiras não possuem itens disponíveis.

Diante da alta perecibilidade do grupo de produtos hortaliça, principalmente as folhosas, o circuito não consegue transportar devido as distancias nas rotas. Desta forma este produtos as bancas são abastecidos com produtos oriundos dos agricultores da feira, os quais também fazem parte do Circuito Sul.

Gráfico 1 - Comparativo de itens orgânicos por grupos de produtos dos canais de comercialização, 2016.



Fonte: Elaboração da autora, 2016

A diversidade de produtos nos canais de comercialização é tratado como critério estratégico, para atrair consumidores e possibilitar a mudança da alimentação convencional para a ecológica, para então oportunizar o aumento e facilidade nas vendas, garantindo uma produção equilibrada e diversificada, além de sempre poder apresentar novidade aos consumidores.

A estrutura organizativa envolto de redes de cooperação permite que ambas as feiras assegurem um volume de diversidade alto, isso devido aos vantagens competitivos que estas interações permitem. A Feira Ecologia de Laranjeiras apresenta potencial para se constituir em um eixo regional de organização de produtos ecológicos, uma vez que a região, em que está localizada (Cantuquiriguaçu) a maior parte da população constitui-se nas áreas rurais, caracterizadas como agricultores familiares (COCA, 2011).

Assim como a diversidade é fundamental para o funcionamento das organizações a regularidade na oferta é essencial, desta forma o próximo subitem trata deste aspecto.

4.3 REGULARIDADE DOS PRODUTOS ORGANICOS NAS BANCAS

A regularidade na oferta de produtos é fundamental para a dinâmica dos canais de comercialização, sendo que a forma associativa de agricultores permite uma maior

estabilidade do que individual. Diante disto, dois subtítulos abaixo abordam a regularidade dos produtos orgânicos nas gondolas das organizações investigadas.

4.3.1 Regularidade dos produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.

A regularidade na oferta dos produtos na Feira Orgânica de Curitiba, é assegurada em grande parte devido ao formato da articulação e circulação dos produtos nas estações núcleos, realizada pelo Circuito Sul. Os únicos produtos que variam durante os meses do ano são as frutas e hortaliças, que se justifica devido a época de plantio e de colheita, já os demais produtos são ofertados durante os doze meses do ano (GESTOR 1). Como pode-se notar no *Quadro 6*.

Quadro 6 - Regularidade na oferta de Hortaliças na Feira Orgânica Passeio Público, Curitiba, 2016.

Produto	Periodicidade Oferta												Q ^{de} de meses disponíveis
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Abobrinha verde	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	6
Acelga	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Alface	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Almeirão	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Batata doce	X	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	10
Batata inglesa	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Batata salsa	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	6
Berinjela	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	10
Beterraba	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	7
Brócolis	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Cebola	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	7
Cebolinha verde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cenoura	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11
Chicória	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Couve	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	9
Couve flor	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	6
Escarola	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Espinafre	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Inhame	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Mandioca	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	7
Palmito	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	6

Repolho	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	8
Salsinha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Tomate	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Vagem	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	7

Fonte: Elaboração da autora, 2016

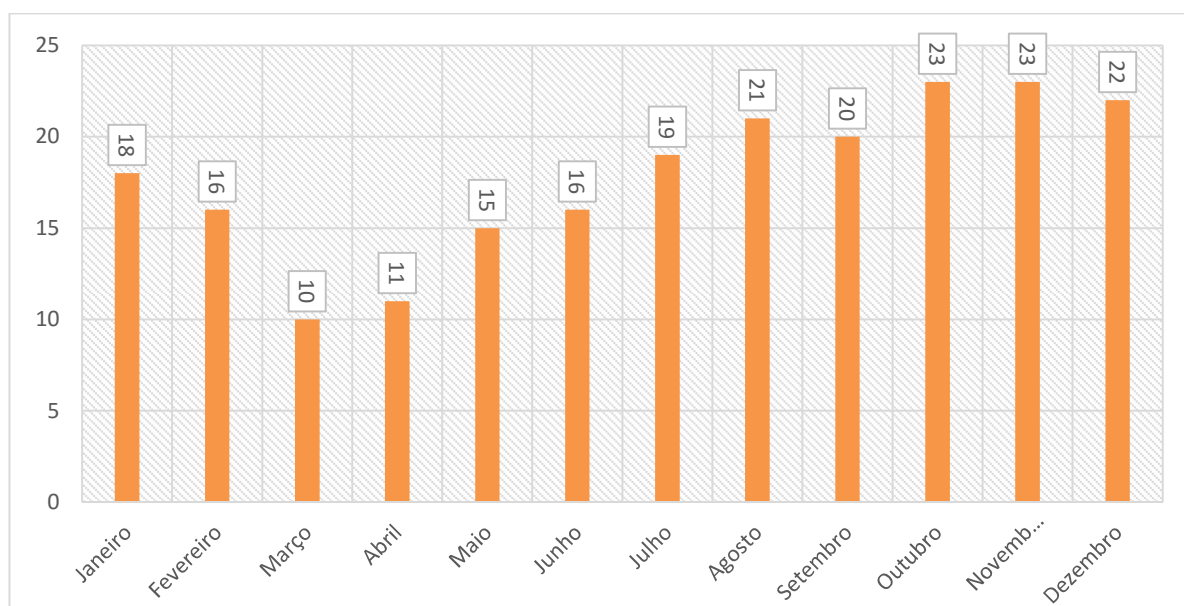
Legenda: X (Produtos disponíveis) / - (produtos indisponíveis)

O quadro 6, apresenta a regularidade na oferta de hortaliças na Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, observa-se que durante os doze meses no ano apenas a cebolinha verde e a salsinha, estão disponíveis sem intervalos. E em onze meses do ano a cenoura está disponível, e em dez meses do ano sete itens (inhame, tomate, couve-flor, batata doce, berinjela, alface e almeirão). A acelga, couve e chicória são ofertadas durante nove meses do ano, e durante oito meses, repolho e brócolis são acessíveis, em sete meses a vagem, mandioca, cebola e beterraba são encontrados.

Já os demais produtos classificados como Cereais e Leguminosas; Farinhas, féculas e massas; panificado; Laticínios; Bebidas e infusões; Cocos, castanhas e nozes; Açúcares, doces e produtos de confeitaria; Alimentos preparados e misturas industriais; Sais e condimentos e outros produtos, por não serem tão perecíveis como as hortaliças e frutas, mantem maior regularidade, ou seja, são acessíveis em todos os meses do ano.

O gráfico 2 demonstra a quantidade de itens diferentes de hortaliças disponíveis em cada mês do ano, permitindo visualizar a oscilação dos produtos durante o ano. Observa-se que em nenhum mês do ano os vinte setes tipos de hortaliças, total de diversidade deste grupo, são ofertados juntos.

Gráfico 2 - Quantidade de Hortaliças disponíveis do Circuito Sul nas bancas por mês na Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, 2016.



Fonte: Elaboração da autora, 2016

Nota-se no gráfico 2, que os meses com maior número de produtos disponíveis são outubro e novembro, com vinte três gêneros acessíveis e os meses com menor quantidade de produtos é março com apenas dez e abril com onze variedades de hortaliças.

O próximo grupo a ser analisado é a oferta de frutas, o quadro 7, descreve quais os meses de disponibilidade de cada item comercializado.

Quadro 7 - Regularidade na oferta de Frutas do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público, Curitiba, 2016

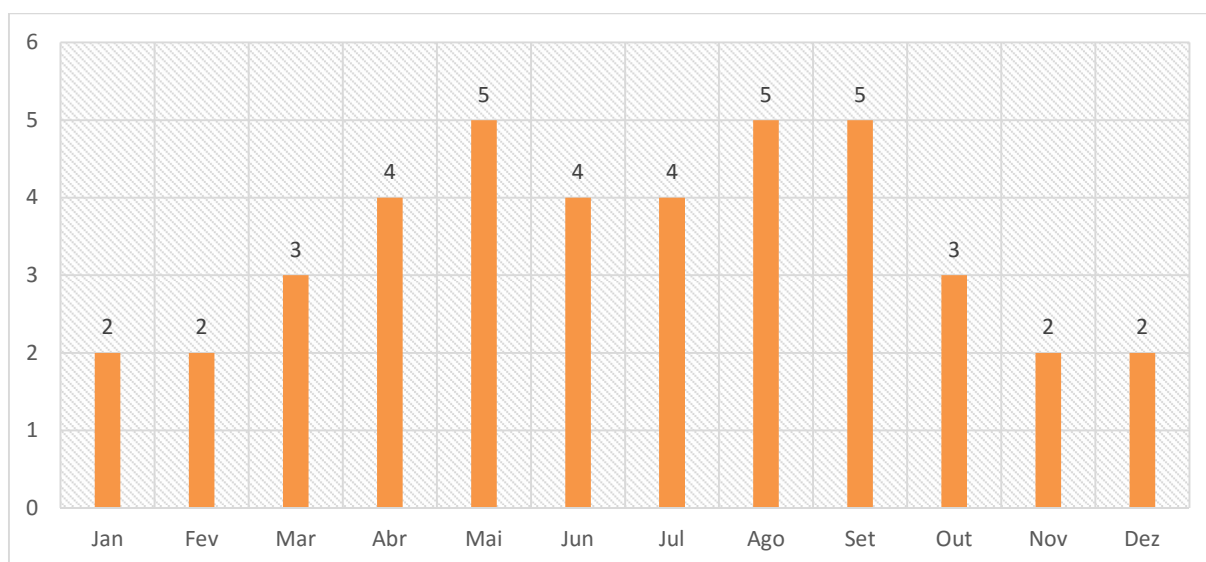
Produto	Periodicidade Oferta												Q ^{de} de meses disponíveis
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Banana	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Laranja	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Maça	-	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	4
Bergamota	-	-	-	-	X	X	X	X	X	-	-	-	5
Limão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	9
Morango	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	3

Fonte: Elaboração da autora, 2016

O fornecimento de frutas ocorre de forma irregular, pois a comercialização fica restrita a apenas produtos da época. Como se observar com a banana e a Laranja estão disponíveis

dez meses no ano, o limão nove meses (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro), a bergamota cinco meses (maio, junho, julho, agosto, setembro), a maçã quatro meses (fevereiro, março, abril, maio) e o morango três meses (julho, agosto, setembro).

Gráfico 3 - Quantidade de Frutas disponíveis nas bancas por mês na Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, 2016.



Fonte: Elaborada autora, 2016

De acordo com *Gráfico 3*, verifica-se que os meses de setembro e agosto estão disponíveis cinco tipos de frutos na gondola e os meses com menor diversidade são janeiro, fevereiro, novembro e dezembro, com apenas duas variedades de frutas. Ainda se verifica, que em nenhum mês do ano se tem acesso a toda a diversidade de frutas que o canal de comercialização disponibiliza, devido a época de colheita.

4.3.2 Regularidade na oferta de produtos na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul

A regularidade dos produtos nas Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul é assegurada pelas famílias da Cooperjunho e do Acampamento Recanto da Natureza de segunda a sábado.

Quadro 8 - Regularidade na oferta de Hortaliças na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.

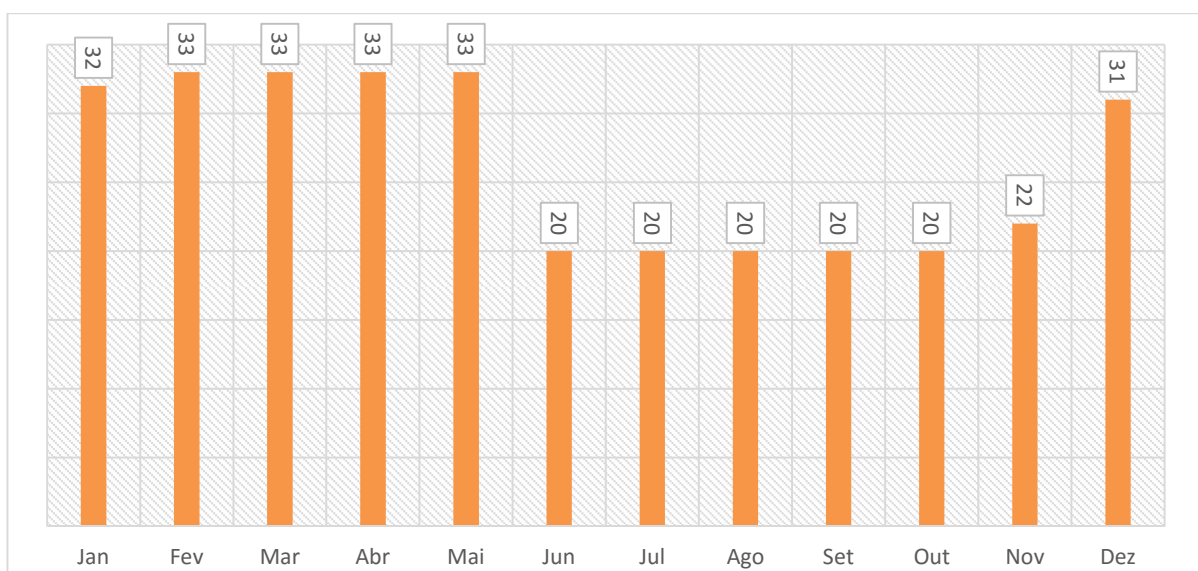
Produto	Periodicidade Oferta												Q ^{de} de meses disponíveis
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Abobrinha verde	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	7
Acelga	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Alface	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Alho	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Alho Poró	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Almeirão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Batata-Doce	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Beldroega	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Berinjela	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Beterraba	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Brócolis	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cara	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cebola	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Cebolinha verde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cenoura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Chicória	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Chuchu	-	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	4
Couve	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Couve-flor	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Espinafre	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Iacon	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Inhame	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Jiló	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Mandioca	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Moranga	-	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	4
Pepino	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	7
Pimentão	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Quiabo	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6
Rabanete	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Repolho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Rúcula	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Salsinha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Tomate	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	6

Fonte: Elaboração da autora, 2016

Legenda: X (Produtos disponíveis) / - (produtos indisponíveis)

O *Quadro 8* demonstra a regularidade na oferta de hortaliças da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, observa-se que vinte tipos deste gênero alimentício são ofertados durante os doze meses do ano, sendo elas: Acelga, Alface, Almeirão, Brócolis, Cebolinha verde, Couve, Espinafre, Repolho, Rúcula, Salsinha, Chicória, Batata Doce, Beterraba, Cara, Couve-Flor, Iacon, Inhame, Mandioca, Rabanete e Cenoura. E em seis meses do ano, são ofertados nove itens diferentes, sendo: Alho, Alho Poró, Beldroega, Berinjela, Cebola, Jiló, Pimentão, Quiabo e Tomate. Em quatro meses do ano estão disponíveis, o chuchu e a moranga; e em sete meses, o pepino e a abobrinha estão disponíveis na gondola.

Gráfico 4 - Quantidade de Hortaliça disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.



Fonte: Elaboração autora, 2016

De acordo com o *Gráfico 4*, observa-se que os meses de fevereiro, março, abril, maio são os que mais tem diversidade de produtos disponíveis, sendo trinta e três itens. Já os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro são os meses com menor número de itens disponíveis, tendo vinte. O mês de janeiro têm trinta e dois itens, o mês de novembro vinte e dois, e por fim o mês de dezembro trinta e um produtos disponíveis nas bancas.

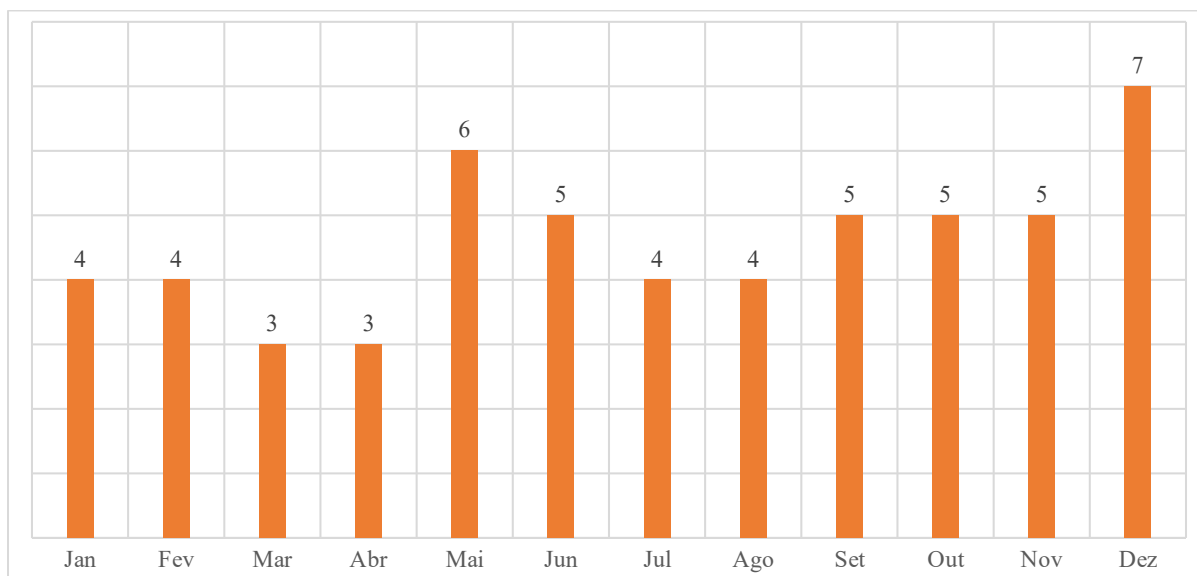
Quadro 9 - Regularidade na oferta de Frutas Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016

Produto	Periodicidade Oferta											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Jabuticaba	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
Framboesa	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X
Pitanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Guabiroba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Uvaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Pêssego	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Amora	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
Ameixa	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
Morango	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
Banana	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Laranja	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-	-
Limão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pokã	-	-	-	-	X	X	X	X	-	-	-	-

Fonte: autora, 2016

No *Quadro 9*, verifica-se a regularidade das frutas na banca da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, sendo os produtos que estão disponíveis em apenas dois meses no ano são a Jabuticaba, Ameixa, Amora (setembro e outubro), Uvaia, Guabiroba, Pitanga (novembro e dezembro). O pêssego está disponível em apenas três meses o pêssego (dezembro, janeiro e fevereiro); em quatro meses a poncã (maio, junho, julho e agosto); em seis meses a Laranja (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro), a banana (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho) e a framboesa (dezembro, janeiro, fevereiro, maio, abril, maio); em oito meses o morango (maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro); e em doze meses apenas o limão.

Gráfico 5 Quantidade de Frutas disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016



Fonte: Elaboração autora, 2016

O *Gráfico 5* indica a quantidade de frutas disponíveis por mês nas bancas. Verifica-se que o mês de dezembro tem o maior número de itens disponíveis sendo sete, seguido do mês de maio com seis. Os meses junho, setembro, outubro e novembro se tem acesso a cinco variedades de frutas, e nos meses de janeiro, fevereiro, julho agosto quatro. Já nos meses de março e abril apenas três tipos de frutas.

Quadro 10 - Regularidade na oferta de **Cereais e Leguminosas** feira ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.

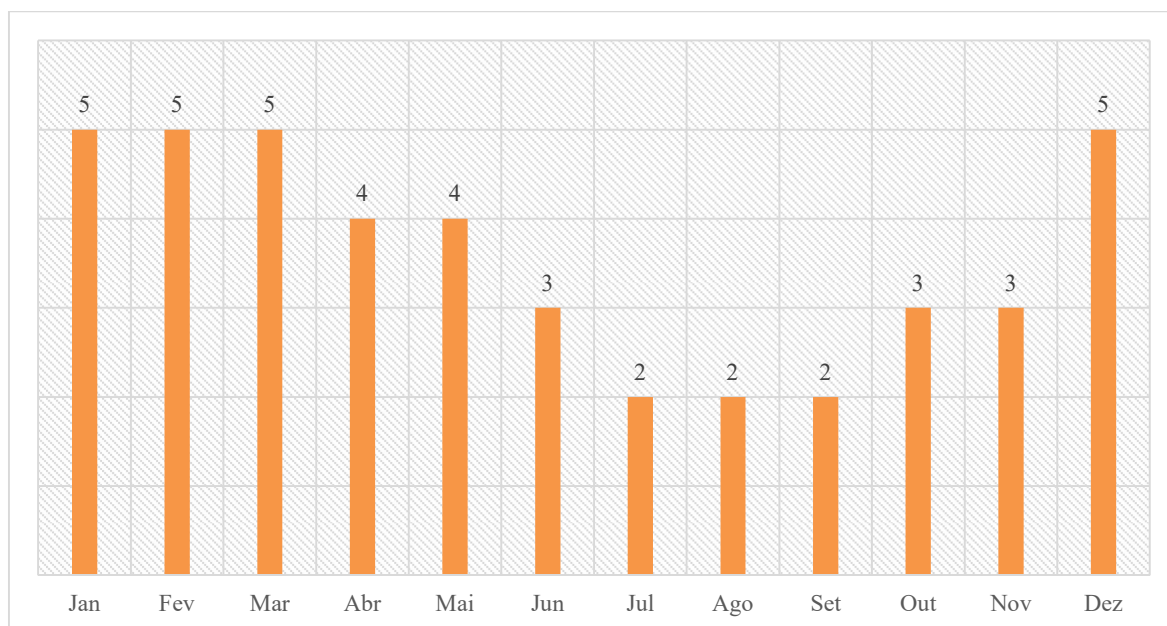
Produto	Periodicidade Oferta											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Feijão	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Milho Verde	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	X
Amendoim	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X
Chia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração autora, 2016

O *Quadro 10*, descreve a regularidade na oferta de cereais e leguminosa da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, verifica-se que há disponibilidade do feijão (outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março) e amendoim (dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio) em seis meses no ano. O milho verde disponível em sete meses (dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio) e apenas nos dez meses do ano a chia.

Os produtos classificados como: farinhas, féculas e massas; panificados; laticínios; bebidas e infusões; açúcares, doces e produtos de confeitaria; sais e condimentos e outros produtos, apresentam regularidade durante os dozes meses do ano.

Gráfico 6 - Quantidade de Cereal e leguminosas disponíveis na banca por mês na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.



Fonte: Elaboração autora, 2016

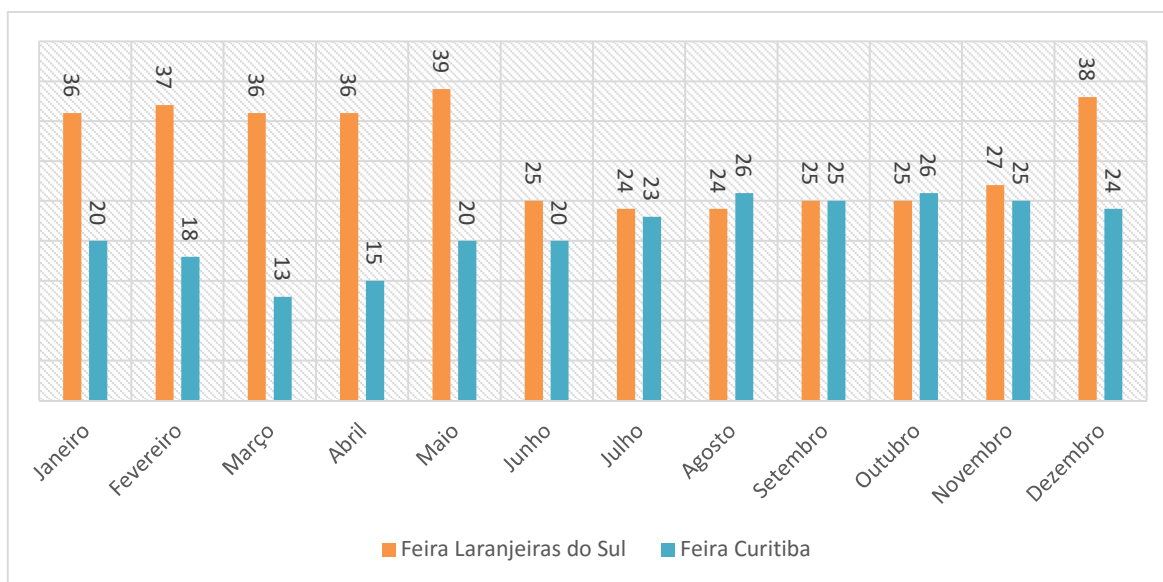
O *Gráfico 6*, demonstra a quantidade de itens de Cereais e Leguminosas tem disponível nos meses do ano, observa-se que os meses de janeiro, fevereiro, março e dezembro são os meses que tem mais destes produtos na gondola, sendo cinco tipos. Nos meses de abril e maio é ofertado quatro itens. Nos meses de junho, outubro e novembro se tem acesso a três tipos de cereais e leguminosas, e nos meses de julho, agosto e setembro apenas dois diversidades do produto.

4.3.3 Análise comparativa da regularidade na oferta

A Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul tem uma menor irregularidade de gêneros alimentícios relacionados a hortaliças e frutas, o que se justifica devido à maior perecibilidade dos produtos, uma vez, que o mercado se caracteriza como local, ou seja, são abastecidos por duas organizações do município. Os produtos oriundos do Circuito Sul na Feira Orgânica de Curitiba, por sua vez, percorrem maiores distâncias não permitindo o abastecimento de

produtos de fácil perecibilidade. O *Gráfico 7*, apresenta a quantidade destes itens disponíveis nas bancas de ambos os canais, durante os meses do ano de 2016.

Gráfico 7- Quantidade de Frutas e Hortaliças disponíveis na gondola por mês do ano 2016, dos canais de comercialização estudado.



Fonte: Elaboração da autora, 2016

Observando o gráfico 7, verifica-se que oito meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro a feira ecológica de Laranjeiras do Sul, tem uma maior diversidade disponível. Apenas nos meses de agosto e outubro, a Feira Orgânica de Curitiba tem uma maior variedade de produtos ofertados. E nos mês de setembro ambos os canais de comercialização tem o mesmo número de itens disponíveis.

Foi realizado análise da regularidade de cereais e leguminosas apenas para a Feira de Laranjeiras do Sul, pois diferente da Feira Orgânica de Curitiba, apresenta meses com falta de produtos disponíveis. Isso devido a escala de produção ser menor em comparação a Feira de Curitiba, que de acordo com o Gestor 1 (2016), se tem disponível em todos os meses do ano.

Na Feira Orgânica de Curitiba, os cereais são comercializados tanto em embalagens como a granel. Os produtos quando embalados se apresentam em mais de uma unidade de medida (kg e gramas) o que flexibiliza as escolhas do consumidor. Além de permitir uma melhor armazenagem dos produtos, potencializando a produção em escala maior. Diferente da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, todos os produtos são expostos em embalagens, o que não permite que o consumidor tenha uma melhor escolha de quais produtos compra.

4.4 PREÇO DOS PRODUTOS

Os subitens a seguir trataram dos preços dos produtos orgânicos praticados nos canais de comercialização. Os preços destes produtos orgânicos foram submetidos a análise comparativa com os produtos convencionais.

4.4.1 Preços dos Produtos do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016.

Os preços dos produtos na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba foram submetidos a comparação com o preço dos produtos convencionais pagos pelo Governo do Estado do Paraná, para o Programa Estadual de Alimentação Escolar, Agricultura Familiar, em 2016. Entretanto, nem todos a produção do canal de comercialização é encontrado na tabela de preço, fixa pelo Estado.

Desta forma a tabela 1, apresenta-se apenas os produtos que tem os preços fixados pelo programa do Estado.

Tabela 1- Comparativo de preços orgânicos versus convencionais, do Circuito Sul na Feira Orgânica do Passeio Público em Curitiba, 2016

Produto	U ^{de}	Orgânico	Convencional	Diferença (R\$)	Diferença (%)
Acelga	Kg	R\$ 3,35	R\$ 2,07	R\$ 1,28	38%
Alface	Kg	R\$ 5,71	R\$ 2,82	R\$ 2,89	51%
Almeirão	Kg	R\$ 6,67	R\$ 3,12	R\$ 3,55	53%
Couve	Kg	R\$ 5,00	R\$ 3,03	R\$ 1,97	39%
Espinafre	Kg	R\$ 5,00	R\$ 2,68	R\$ 2,32	46%
Repolho	Kg	R\$ 4,25	R\$ 1,33	R\$ 2,92	69%
Cebola	Kg	R\$ 8,50	R\$ 2,97	R\$ 5,53	65%
Cebolinha verde	Kg	R\$ 11,15	R\$ 5,25	R\$ 5,90	53%
Salsinha	Kg	R\$ 11,50	R\$ 6,12	R\$ 5,38	47%
Abobrinha verde	Kg	R\$ 7,15	R\$ 3,06	R\$ 4,09	57%
Batata doce	Kg	R\$ 3,80	R\$ 2,11	R\$ 1,69	44%
Batata Inglesa	Kg	R\$ 7,50	R\$ 2,47	R\$ 5,03	67%
Batata Salsa	Kg	R\$ 7,80	R\$ 3,96	R\$ 3,84	49%
Berinjela	Kg	R\$ 6,80	R\$ 3,39	R\$ 3,41	50%
Beterraba	Kg	R\$ 7,00	R\$ 2,42	R\$ 4,58	65%
Brócolis	Kg	R\$ 5,78	R\$ 3,69	R\$ 2,09	36%
Cenoura	Kg	R\$ 4,40	R\$ 2,20	R\$ 2,20	50%

Couve Flor	Kg	R\$ 6,50	R\$ 4,03	R\$ 2,47	38%
Inhame	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,18	-R\$ 0,18	-6%
Mandioca	Kg	R\$ 6,30	R\$ 2,85	R\$ 3,45	55%
Tomate	Kg	R\$ 7,50	R\$ 2,93	R\$ 4,57	61%
Vagem	Kg	R\$ 8,00	R\$ 3,16	R\$ 4,84	61%
Banana	Kg	R\$ 2,80	R\$ 1,98	R\$ 0,82	29%
Laranja	Kg	R\$ 3,17	R\$ 1,63	R\$ 1,54	49%
Maçã	Kg	R\$ 7,20	R\$ 3,31	R\$ 3,89	54%
Bergamota	Kg	R\$ 2,10	R\$ 2,46	-R\$ 0,36	-17%
Limão	Kg	R\$ 1,50	R\$ 1,59	-R\$ 0,09	-6%
Suco de Laranja	Litro	R\$ 14,50	R\$ 5,19	R\$ 9,31	64%
Suco de Uva	Litro	R\$ 14,50	R\$ 8,94	R\$ 5,56	38%
Suco de Maça	Litro	R\$ 14,50	R\$ 7,21	R\$ 7,29	50%
Mel	Kg	R\$ 31,50	R\$ 13,79	R\$ 17,71	56%
Geleia	Kg	R\$ 44,64	R\$ 11,69	R\$ 32,95	74%
Feijão	Kg	R\$ 11,50	R\$ 3,19	R\$ 8,31	72%
Farinha de Mandioca	Kg	R\$ 9,50	R\$ 1,89	R\$ 7,61	80%
Pão	Kg	R\$ 16,00	R\$ 7,61	R\$ 8,39	52%
				Média R\$ 5,05	Média 48%

Fonte: Elaboração da autora, 2016

A tabela 1, demonstra o comparativo dos preços dos produtos orgânicos em relação aos convencionais e na coluna diferença as cores azuis representam a quantidade a mais paga aos produtos orgânicos em relação aos convencionais e nas vermelha a quantia a menos paga. Posto isto, observa-se que apenas três produtos são mais baratos que os convencionais, sendo o Inhame (R\$ 0,18 mais barato), a bergamota (R\$ 0,36 mais barato) e o limão (R\$ 0,09 mais barato), sendo a diferença em centavos. E os produtos que demonstraram um maior valor que os convencionais são as geleias (R\$ 32, 95 mais cara) e o mel (R\$ 17, 71 mais cara).

De modo geral os preços do produtos orgânicos são em média 48% mais caros que dos produtos convencionais.

4.4.2 Preços dos Produtos da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul

Os preços dos produtos da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, serão apresentados na *Tabela 2*. Todas as famílias feirantes seguem a mesma orientação para formação do preço.

Tabela 2 - Comparativo de preços orgânicos versus convencionais, Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, 2016.

Produtos	U ^{de}	Orgânico	Convencional	Diferença (R\$)	Diferença (%)
Abobora Moranga	Kg	R\$ 2,00	R\$ 3,06	-R\$ 1,06	-53%
Abobrinha verde	Kg	R\$ 1,50	R\$ 3,06	-R\$ 1,56	-104%
Acelga	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,07	R\$ 0,93	31%
Alface	Kg	R\$ 1,50	R\$ 2,82	-R\$ 1,32	-88%
Alho	Kg	R\$ 4,00	R\$ 10,76	-R\$ 6,76	-169%
Almeirão	Kg	R\$ 1,50	R\$ 3,12	-R\$ 1,62	-108%
Batata-Doce	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,11	R\$ 0,89	30%
Berinjela	Kg	R\$ 5,00	R\$ 2,39	R\$ 2,61	52%
Beterraba	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,42	R\$ 0,58	19%
Brócolis	Kg	R\$ 2,50	R\$ 3,69	-R\$ 1,19	-48%
Cara	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,67	R\$ 0,33	11%
Cebola	Kg	R\$ 8,00	R\$ 2,97	R\$ 5,03	63%
Cebolinha verde	Kg	R\$ 1,00	R\$ 5,25	-R\$ 4,25	-425%
Cenoura	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,20	R\$ 0,80	27%
Chuchu	Kg	R\$ 1,50	R\$ 1,69	-R\$ 0,19	-13%
Couve folha	Kg	R\$ 1,50	R\$ 3,03	-R\$ 1,53	-102%
Couve-flor	Kg	R\$ 2,50	R\$ 4,03	-R\$ 1,53	-61%
Espinafre	Kg	R\$ 1,50	R\$ 2,86	-R\$ 1,36	-91%
Inhame	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,18	-R\$ 0,18	-6%
Mandioca	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,85	R\$ 0,15	5%
Pepino	Kg	R\$ 3,50	R\$ 2,41	R\$ 1,09	31%
Pimentão	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,14	-R\$ 0,14	-5%
Quiabo	Kg	R\$ 6,00	R\$ 3,74	R\$ 2,26	38%
Rabanete	Kg	R\$ 2,50	R\$ 2,51	-R\$ 0,01	0%
Repolho	Kg	R\$ 2,50	R\$ 1,33	R\$ 1,17	47%
Rúcula	Kg	R\$ 1,50	R\$ 3,74	-R\$ 2,24	-149%
Salsinha	Kg	R\$ 1,00	R\$ 6,12	-R\$ 5,12	-512%
Tomate	Kg	R\$ 6,00	R\$ 3,16	R\$ 2,84	47%
Pêssego	Kg	R\$ 3,00	R\$ 2,77	R\$ 0,23	8%
Morango	Kg	R\$ 5,00	R\$ 9,88	-R\$ 4,88	-98%
Banana	Kg	R\$ 3,00	R\$ 1,98	R\$ 1,02	34%
Laranja	Kg	R\$ 2,00	R\$ 1,63	R\$ 0,37	19%
Limão	Kg	R\$ 2,00	R\$ 1,59	R\$ 0,41	21%
Poncã	Kg	R\$ 2,00	R\$ 2,46	-R\$ 0,46	-23%
Feijão	Kg	R\$ 8,00	R\$ 3,19	R\$ 4,81	60%

Milho Verde	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,11	-R\$ 0,11	-4%
Iogurte	Kg	R\$ 20,00	R\$ 3,63	R\$ 16,37	82%
Suco de Uva	litro	R\$ 15,00	R\$ 8,94	R\$ 6,06	40%
Mel	Kg	R\$ 60,00	R\$ 13,79	R\$ 46,21	77%
Geleia	Kg	R\$ 10,22	R\$ 11,69	-R\$ 1,47	-14%
Extrato de Tomate	Kg	R\$ 7,25	R\$ 6,35	R\$ 0,90	12%
				Media R\$ 1,42	Media -32%

Fonte: Elaboração da autora, 2016

A partir das informações expostas na *Tabela 2* dos quarenta e um preços de produtos analisados, vinte produtos orgânicos são mais barato quando comparado com os convencionais, o mais significativo é registrado no alho (R\$ 6,76 mais barato). Os demais vinte e um produtos apresentaram preços maiores que os produtos convencionais, onde o kg do mel se destacou por ser R\$ 46, 21 mais caro, que o pago pelo convencional. Em média os produtos orgânicos estão 32% mais barato que os convencionais.

4.4.3 Análise comparativa de preços

Analisando os dados referentes aos preços dos produtos orgânicos dos canais de comercialização, verifica-se significativas diferenças, isto devido as suas particularidades e consequentemente as estruturas de mercados distintas. A feira de Laranjeiras apresenta 20 produtos mais baratos que os convencionais, e uma média de 32% nos mais barato enquanto, a feira orgânica de Curitiba, apresenta uma média de 48% mais caro que os produtos convencionais.

Os processos operacionais que o Circuito Sul realiza para a chegada dos produtos na estação de Curitiba e distribuídas na feira orgânica do Passeio Público, exigem que os custos estejam inclusos no preço dos alimentos. A estrutura de comercialização da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul caracteriza-se como local, em que os custos de logística e operacionais não são tão altos quanto das da Feira Orgânica de Curitiba

Quando discutido a questão da disponibilidade de alimentos deve ter em conta seus preços relativos de frente ao poder aquisitivo dos salários ou outras formas de renda da população. Desta forma, observa-se que renda per capita no município de Curitiba para o ano de 2016, segundo IPARDES (2016) é de R\$ 1.581,04 em comparação com de Laranjeiras do Sul de R\$ 659, 33.

O mercado de orgânicos teve aumento de 51, 7% no ano de 2016, segundo o Ministério da Agricultura, refletindo no consumo destes produtos. Desta forma, observa-se uma demanda crescente, que acarreta num aumento no nível dos preços, uma vez que a oferta necessita de um período, devido as características produtivas, para acompanhar este crescimento na demanda. Direcionando assim este mercado para um público específico que via renda tem acesso a estes produtos.

Diante disso, necessitaria realizar uma pesquisa direcionada aos públicos das duas feiras estudadas, para ter uma definição melhor do perfil dos consumidores, bem como poder definir com mais clareza quais os fatores que levam a se ter preços mais altos em Curitiba, se uma questão de custos operacionais (no caso do Circuito Sul) ou de oportunidade de mercado, pela maior presença de público diferenciado e pela renda média mais elevada.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo, analisar do ponto de vista do abastecimento alimentar, o funcionamento de dois canais de comercialização de produtos orgânicos, tendo em vista o levantamento da diversidade de produtos, a regularidade deste e seus preços. Desta forma, foram estudados a Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, abastecida pelas organizações Cooperjunho e acampamento Recanto da Natureza, e a Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, abastecida pelo Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos da Rede Ecovida.

O levantamento da diversidade de produtos nos estabelecimentos foram coletados juntos aos gestores dos empreendimentos. De modo geral, ambos os canais demonstraram ter grande variedade de produtos, sendo que a Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, expõem 73 variedades, enquanto a Feira Orgânica do Passeio Público de Curitiba, ostenta 126 itens. Ressalta-se que a diversidade é composta por mais de um grupo de produtos, seguindo a categorização do IBGE, para a realização do POF.

A regularidade na oferta dos produtos foi outro elemento analisado na pesquisa, observou-se que em nenhum mês do ano a diversidade dos produtos do Circuito Sul, na Feira Orgânica Curitiba abaixo de 10 itens, e na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul não foi inferior a 20. Além disso, na Feira Orgânica de Curitiba, todos os outros grupos de produtos apresentam regularidade nos doze meses do ano. Já na Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, os cereais apresentam interrupções na disponibilidade em alguns meses do ano.

Os preços dos produtos orgânicos dos canais de comercialização foram submetidos à comparação com produtos convencionais, para tal foi utilizado a tabela de preços usada para o programa estadual de alimentação escolar, agricultura familiar de 2016. Desta maneira, verificou-se que os preços da Feira Ecológica de Laranjeiras do Sul, apresentou uma média de 32% mais barato nos preços dos produtos orgânicos em relação aos convencionais. E os preços do produtos orgânicos na Feira Orgânica de Curitiba, demonstrou uma média de 48% mais caro, em relação aos produtos convencionais.

Nos termos da segurança alimentar e nutricional, o abastecimento alimentar está associado ao objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos preços alimentos básicos de qualidade. De acordo com os dados levantados pela pesquisa, ambos os canais de comercialização atendem esta ótica. Concluindo-se, que isso é garantido devido à estrutura organizacional que estes canais de comercialização estão inseridos.

Por um lado a Feira de Laranjeiras atende aos requisitos de proximidade do ponto de vista geográfico, além de aspectos relacionados à sociabilidade, conhecimento da origem dos produtos, troca de informações e outros desejados em uma estratégia de abastecimento orientada do ponto de vista da SAN e característico das feiras ecológicas. Por outro, o abastecimento realizado via Circuito Sul na Feira de Curitiba, mesmo realizando deslocamentos maiores do ponto de vista espacial, não comprometeu as outras formas de proximidade (social, cultural, econômica) desejáveis a uma estratégia de abastecimento dentro dos princípios da SAN, o que reforça a necessidade de aprofundar estudos e abordagens sobre quais as formas de proximidades nos circuitos de abastecimento de produtos alimentares, ampliando a visão para além da discussão meramente espacial.

A pesquisa teve fatores limitantes que impossibilitaram conclusões mais amplas a respeito do funcionamento destes canais de comercialização, por exemplo a dificuldade em realizar estudo com consumidores, devido {a resistência em responder aos questionários, principalmente em Curitiba. Por isso destaca-se a necessidade de novos estudos e metodologias que abordem a temática. Para estudos posteriores sugere-se que trabalhe os elementos relacionados a diversidade, regularidade e preços de maneira articulados às outras relações estabelecidas no âmbito destes mercados, como sociabilidades, aspectos ambientais e de perfil de consumidores, permitindo um aprofundamento maior sobre estes e os canais de comercialização e sua contribuição para o abastecimento alimentar dentro dos princípios da SAN.

REFÊRENCIA BIBLIOGRAFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo, mercados e interação humana nas ciências sociais**. Revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 36-64, 2004.

BELIK, Walter. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: MALUF, Renato; BELIK, Walter (org.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas. IE: UNICAMP, Campinas, 2000.

BISCHOF, Mary Stela. **A Construção Social de Mercados nos Centros de Comercialização Permanente da Agricultura Familiar do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR, Curitiba, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. MDA, Brasília, 2009.

BURITY, V. et al. **Direito Humano à alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

COCA, E. L. de F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/estevan.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, 2010.

CRUZ, Fabiana Thome da, MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio. **Produção, Consumo e Abastecimento de Alimentos. Desafios e Novas Estratégias**. UFRGS, Porto Alegre, 2016

CURVO. Raul Murilo Chaves. **Comparação entre as Grandes Crises Sistêmicas do Sistema Capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Economia (IE). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/ppge/PPED_Tese_Raul_Murilo_Chaves_Curvo_UFRJ.pdf>. Acesso dia 29 de janeiro de 2017.

DAROLT, R. Moacir. Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores. In: NIEDERLE, P; ALMEIDA, L;

DELGADO, G. C. **Constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, 1986.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. UFRGS Editora, 2012.

FAO. World food summit - synthesis of the technical background documents. Rome, FAO, 1996

FEREIRRA, Ângela D. D.; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Redesenhando os mercados: a proposta dos circuitos de proximidade**. Espacio Regional, Revista de Estudios Sociales. Volumen 1, Número 13 Enero - Junio 2016.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: MALUF, Renato; BELIK, Walter (org.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas. IE: UNICAMP, Campinas, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GRISA, Cátia; PORTO, Sílvio; MENEZES, Francisco. **Abastecimento alimentar e compras públicas no brasil: um resgate histórico**. Athalaia, 2015.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. **AQUINO, AM e ASSIS, RL Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=80000>>. Acesso dia 15 de dezembro de 2016.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Laranjeiras Do Sul**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85300>>. Acesso dia 15 de dezembro de 2016.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial, São Paulo, 1980.

MALUF, Renato Sergio. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, v. 25, n. 1, 2004.

MALUF, Renato. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. Pólis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, 1999.

MALUF, Renato; BELIK, Walter (org.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas. IE: UNICAMP, Campinas, 2000.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES. **Caderno “Segurança Alimentar”**. Paris: FHP, 2000.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso dia 02 de julho de 2016.

MARSDEN, Terry K. Globalização e sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza. In CAVALCANTI, J.S.B. (org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 25-46, 1999.

MELÃO, Ivo Barreto et al. O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/mercado_organicos_2007.pdf>. Acesso dia 23 de janeiro de 2017.

Ministério da Agricultura. **Número de produtores orgânicos cresce 51,7% em um ano**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/03/numero-de-produtores-organicos-cresce-51porcento-em-um-ano>>. Acesso dia 31 de janeiro de 2016.
MONTAÑA. Miguel Medeiros. **Compreensão Sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. REDESAN, 2009.

MORO, Miguel. **Agricultura Campesina y Capitalismo**. Disponível em: <http://bah.ourproject.org/IMG/pdf/Agricultura_campesina_y_capitalismo.pdf>. Acesso outubro de 2016.

NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba-Paraná: Kairós, 2013, v. 1, p. 171-214.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia**. In: NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba-Paraná: Kairós, 2013, v. 1, p. 171-214.

PEREZ-CASSARINO, Julian. *Et.al.* **Manifestações conjunturais e dimensões estruturais da crise alimentar. Perspectivas e alternatividade**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009

PLOEG. Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS, Porto Alegre, 2008.

REZENDE, C. **História Econômica Geral**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, Conchita. **Abastecimento, como chegam os alimentos à nossa mesa?** Revista Ideias na Mesa, 5ª edição, 2015. Disponível em: <http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/24072015001628revistaideiasnamesa5_spreads.pdf>. Acesso em novembro de 2016.

SABOURIN, Eric. **Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 21, n. 1, 2013. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/571026/1/document_571026.pdf>. Acesso 23 de janeiro de 2017.

SAMPAIO, Elias de oliveira. **Teoria da Regulação e Abordagem Neo-Schumpeteriana: Algumas Reflexões Sobre a Possibilidade de Complementaridade e Convergência Teórica**. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. S. (org). A Globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Eidrian Diones dos. **Circuitos de Comercialização de Produtos Orgânicos em Curitiba-Pr**. (trabalho de Conclusão de Curso). UFPR, Curitiba, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Record. Rio de Janeiro, 2011.

SCHMITT, Claudia Job. **Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v. 8, n. 3, 2011.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural**. Cuadernos de Desarrollo Rural, 2015.

VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Kairós, Curitiba, 2013.

VINHA, Valeria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Revista econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, 2001.

